

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO NATUREZA E CULTURA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

HERENIO PENEDO TELLO

**UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA NO PROCESSO DE
ESCOLHA DE CURSO PELOS ACADÊMICOS DE ADMINISTRAÇÃO DO
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA / UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS**

**Benjamin Constant
2021**

HERENIO PENEDO TELLO

**UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA
NO PROCESSO DE ESCOLHA DE CURSO PELOS ACADÊMICOS
DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA /
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. M.Sc. Juvan Reis Nogueira

**Benjamin Constant
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

T277e Tello, Herenio Penedo
Um estudo da influência socioeconômica no processo de escolha de curso pelos acadêmicos de administração do Instituto de Natureza e Cultura / Universidade Federal do Amazonas. / Herenio Penedo Tello . 2021
71 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Juvan Reis Nogueira
TCC de Graduação (Administração) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Economia. 2. Escolha. 3. Influência. 4. Socioeconômica. I. Nogueira, Juvan Reis. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

HERENIO PENEDO TELLO

**UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA
NO PROCESSO DE ESCOLHA DE CURSO PELOS ACADÊMICOS
DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA /
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Aprovado em 29 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. M. Sc. Juvan Reis Nogueira – Orientador/Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Márcio Gleick Félix de Oliveira – Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. M. Sc. Antônio Vagner Almeida Olavo – Membro
Universidade Federal do Amazonas

*Aos meus pais **Herenio Suta Tello** e **Rosa Maria Penedo Nachinate** e à minha família!
A todas as pessoas presentes na minha vida e acreditaram em mim, pelo apoio, esforço e incentivo para que esse sonho se tornasse realidade!*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus pela dádiva da vida, por ouvir sempre minhas orações, pela sua proteção e benção para a realização de mais um sonho, por ser minha fortaleza nos momentos árduos durante minha trajetória acadêmica!

*À minha família, em especial aos meus pais, **Herenio Suta Tello e Rosa Maria Penedo Nachinate**, pelo apoio e carinho em todos os momentos da minha vida, principalmente neste ciclo tão importante ao estar sempre ao meu lado passando valores e incentivos para continuar firme e esforçado, me ensinando a ser forte!*

*Aos meus irmãos **Saraí Penedo, Jerusa Penedo, Mark Donell Penedo, Tarsis Penedo, Asenete Penedo, Saira Rosa Penedo, Lia Penedo, Geraldo Penedo e Acely Penedo** por fazerem parte da minha vida!*

*À minha namorada **Marilene Oliveira da Costa**, por todo apoio e incentivo, por acreditar no meu potencial e, por todo esforço a mim conferido para que este sonho se tornasse realidade!*

*Aos meus colegas de curso que estiveram nessa longa caminhada, em especial aos meus amigos/irmãos **Rodrigo Christian Sena e Valdiney Jr.**, por todos os momentos que passamos juntos pelas trocas de sorrisos, alegrias, abraços, ideias e conhecimentos compartilhados!*

*Aos meus amigos **Eugêno Wadick** (e família), **Eduardo Santos** (e família, em especial à sua mãe, **Maria de Nazaré**) e **Carlos Richardson Mello** pelo carinho e apoio desde o início desse sonho para continuar na universidade e pela construção desse trabalho!*

*A minha antiga chefe de trabalho **Maria Edmar Tenazor**, por todo apoio e incentivo a mim conferido ao flexibilizar os horários de trabalho para que eu pudesse cursar. Aos meus colegas/amigos de trabalho, em especial **Assis Vitor, Daiani, Dehuel, Francisco, Manoel, Raquel e Raimunda**, por todo apoio e companheirismo!*

*À todos os **professores do curso de administração** que participaram do meu processo de aprendizagem, pois sem isto a realização desse sonho não seria possível!*

*Ao meu orientador Prof. Me. **Juvan Reis Nogueira** pelo apoio e esforço que tornaram possível a conclusão desta monografia!*

A todos que contribuíram de maneira direta e indireta para minha formação acadêmica e realização deste trabalho!

Muito obrigado!

“Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu estás comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam”.

(Salmos 23:4)

RESUMO

A economia, cada vez mais, tem influenciado no processo de escolha nos mais diferentes grupos sociais, tornando-se de suma importância para entender como e porquê grupos e indivíduos fazem escolhas, permitindo-nos saber e eventualmente prever as escolhas que farão no futuro a partir das escolhas feitas no passado. O presente trabalho teve como objetivo compreender como o perfil socioeconômico pode influenciar no processo de escolha de curso pelos acadêmicos de Administração do Instituto de Natureza e Cultura / Universidade Federal do Amazonas, localizada no município de Benjamin Constant-AM. Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. O universo de amostra foram os acadêmicos de administração. O principal meio utilizado para coleta de dados foi a ferramenta científica Google Forms. Como resultado observou-se que o perfil socioeconômico dos acadêmicos pode ser definido com pais (mãe e pai) com nível de escolaridade prevalente abaixo do ensino médio, a maioria dos alunos reside em casa ou apartamento com a família, mais da metade recebe benefício social (auxílio estudantil) fornecido pela UFAM e benefícios sociais fornecido pelo Governo (Bolsa Família, Auxílio Emergencial), mais da metade desenvolve atividade remunerada com vínculo de estágio e trabalho autônomo, renda familiar predominante entre R\$ 501,00 a 1.040,00. Como principal fator que influencia na escolha de curso foi destaque as condições financeiras, seguido por vocação própria, proporção de amplo mercado de trabalho e falta de opções de curso. A pesquisa revelou também que as principais dificuldades percebidas pelos acadêmicos para cursar Administração no INC são: política de assistência estudantil insuficiente (bolsas, auxílios, etc.), residir distante da família, estudar no turno vespertino, perda de oportunidade de estágio/trabalho devido à incompatibilidade de horários com as aulas, aprendizado nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e; Engenharias.

Palavras-chave: Economia. Escolha. Influência. Social. Socioeconômico.

RESUMEN

La economía ha influido cada vez más en el proceso de elección en diferentes grupos sociales, por lo que es extremadamente importante comprender cómo y por qué los grupos y individuos toman decisiones, lo que nos permite conocer y posiblemente predecir las decisiones que tomarán en el futuro por las elecciones hechas en el pasado. Este estudio tuvo como objetivo comprender cómo el perfil socioeconómico puede influir en el proceso de elección de un curso por parte de estudiantes de Administración de Empresas del Instituto de Naturaleza y Cultura / Universidad Federal de Amazonas, ubicado en la ciudad de Benjamin Constant-AM. Se trata de una investigación de campo exploratoria con un enfoque cualitativo. El universo de la muestra fueron los académicos de gestión. El principal medio utilizado para la recopilación de datos fue la herramienta científica Google Forms. Como resultado, se observó que el perfil socioeconómico de los estudiantes puede definirse como padres (madre y padre) con un nivel de educación prevalente por debajo de la secundaria, la mayoría de los estudiantes viven en una casa o departamento con su familia, más de la mitad reciben servicios sociales. Beneficios (asistencia estudiantil) proporcionados por la UFAM y beneficios sociales proporcionados por el gobierno (Asignación Familiar, Asistencia de Emergencia), más de la mitad de ellos se dedican al trabajo remunerado con pasantía y autoempleo, con un ingreso familiar predominante entre R \$ 501,00 y 1.040,00 . El factor principal que influyó en la elección del curso fueron las condiciones financieras, seguidas de su propia vocación, la proporción de un gran mercado laboral y la falta de opciones de cursos. La investigación también reveló que las principales dificultades percibidas por los académicos para estudiar Administración en el INC son: política insuficiente de asistencia al estudiante (becas, becas, etc.), vivir lejos de la familia, estudiar en el turno de tarde, pérdida de la oportunidad de prácticas / trabajo. Por incompatibilidad de horarios con clases, aprendizaje en las áreas de Ciencias Exactas y de la Tierra y; Ingeniería.

Palabras clave: Economía. Elección. Influencia. Social. Socioeconómico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Carga horária do curso de Graduação em Administração – Gestão Organizacional.....	40
Gráfico 1: Nível de escolaridade dos pais: A) pai; B) mãe.....	44
Gráfico 2: Situação de moradia atualmente.....	45
Gráfico 3: Benefício social (auxílio estudantil) fornecido pela UFAM. Benefício social fornecido pelo do Governo (Bolsa Família, Auxílio Emergencial): A) Benefício direto (Auxílio estudantil); B) Benefício indireto (Bolsa Família, Auxílio Emergencial).....	46
Gráfico 4: Atividade remunerada/vínculo.....	47
Gráfico 5: Renda familiar.....	47
Gráfico 6: Ano de ingresso no curso de Administração.....	48
Gráfico 7: Como os alunos ficaram sabendo do curso de Administração.....	49
Gráfico 8: Processos de ingresso no curso de Administração.....	50
Gráfico 9: Fatores Influentes na escolha do curso de Administração.....	50
Gráfico 10: Principais dificuldades para cursar Administração no INC.....	51
Gráfico 11: Turno de aula que os alunos apresentam mais dificuldade para cursar Administração no INC.....	52
Gráfico 12: Oportunidade de estágio/trabalho perdido devido à incompatibilidade de horários com as aulas da Universidade.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Academia Brasileira de Ciências

ABE – Associação Brasileira de Educação

ABTA – Associação Brasileira de Técnicos em Administração

AE – Administração de Empresas

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AP- Administração Pública

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo

EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública

ENA – Escola Nacional de Administração Francesa

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ONU – Organização das Nações Unidas

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
TÓPICO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 Aspectos sociais e econômicos no processo de escolha	13
1.2 O surgimento das universidades no Brasil	16
1.3 Conhecendo o estudante universitário brasileiro	20
1.4 A profissão da administração no Brasil	23
1.5 A ciência da administração no Brasil	24
1.6 O curso de administração no Brasil	26
1.7 O profissional de administração no Brasil	30
1.8 O estudante de administração	32
TÓPICO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
2.1 Natureza da pesquisa	36
2.2 Quanto aos fins	36
2.3 Quanto aos meios	37
2.4 Universo	37
2.5 Amostragem	37
2.6 Instrumentos de coleta de dados	38
Tópico 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	39
3.1 O curso de administração do Instituto de Natureza e Cultura	39
3.2 Perfil socioeconômico dos acadêmicos	42
3.2 Fatores que influenciam no processo de escolha do curso de administração do Instituto de Natureza e Cultura	46
3.3 Dificuldades percebidas pelos acadêmicos para cursar administração no Instituto de Natureza e Cultura	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	59

INTRODUÇÃO

Segundo Vasconcellos e Garcia (2019) existe um “certo” consenso de que o início da Teoria Econômica, de forma estruturada, foi em 1776, com a obra de Adam Smith, A riqueza das nações. No período anterior, encontram-se apenas referências, ou aspectos parciais de embriões da teoria econômica, embora a preocupação com a economia esteja sempre presente desde tempos remotos. Na Grécia Antiga, há algumas referências à economia, como o trabalho de Xenofonte (440-335 a.C.) que, aparentemente, foi quem cunhou o termo economia (“*oiko nomos*”), em seus trabalhos sobre aspectos de administração privada e finanças públicas, com entendimento que a economia é o estudo das finanças da casa. Dessa maneira deu-se início ao estudo das ciências econômicas propriamente dita.

Ainda segundo pensamento de Vasconcellos e Garcia (2019) com o passar dos tempos, após vários estudos, constatou-se que a economia vai além do simples fato de guardar/economizar dinheiro, percebeu-se que está atrelado a outras áreas da ciência, tendo como base e o objeto de estudo a ciência social, escolhas, escassez, necessidades, recursos, produção e distribuição. Assim, definiram economia como a ciência social que estuda de que maneira a sociedade decide (escolhe) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-lo entre várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

A ciência econômica nasce da constatação de que, em qualquer sociedade, os recursos produtivos ou fatores de produção são finitos. Por outro lado, os desejos e as necessidades humanas são ilimitados e sempre se renovam (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019).

Tendo em vista que os recursos são finitos, a economia é tudo o que diz respeito a como grupos e indivíduos fazem escolhas e por que (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019), este estudo busca uma compreensão da influência socioeconômica no processo de escolha de curso pelos acadêmicos de Administração do Instituto de Natureza e Cultura / Universidade Federal do Amazonas.

Realizar uma escolha entre as opções possíveis ou desejadas não é uma tarefa simples. A decisão implica em um processo de geração de condições que tornarão determinada ação mais provável do que outra, relacionada a vários estímulos que podem ser manipulados pelo indivíduo (MOURA; SILVEIRA, 2002).

Entender o que levou os seres humanos, no passado, a escolher determinados produtos ou serviços, ou as escolhas que os levaram até o estágio atual, é de suma importância

para que as empresas, órgãos e instituições possam saber sobre as escolhas atuais e, se possível, prever as escolhas que farão no futuro, preparando-se para atender esse grupo social.

Escolher uma profissão em qualquer que seja a área de atuação não é uma tarefa fácil, é uma decisão de longo prazo e pode parecer definitiva, induzindo o jovem a pensar que não poderá ou não haverá chance para mudar sua decisão no futuro. Fatores como valores, crenças, situação econômica e política do país, habilidades pessoais, condições sociais, família, entre outros são considerados. Após a escolha da profissão inicia-se o planejamento da carreira profissional e, neste momento, novos passaram a ser considerados como empregabilidade, status profissional e formas de atuação (ECHEVERRIA, 2000).

Os seres humanos podem ser criaturas complicadas, com comportamentos por vezes misteriosos, mas em geral, podemos compreender suas escolhas de uma forma bastante universal. Como resultado, pode-se ganhar muito ao estudar o processo de escolha, porque se pudermos entender o como e o porquê das escolhas que as pessoas fizeram no passado, nós teremos uma chance muito boa de entender as escolhas que farão no futuro (ANTONIONI; FLYNN, 2012).

Entender (e até mesmo eventualmente prever) o comportamento das escolhas futuras é muito importante porque grandes mudanças no ambiente econômico são, tipicamente, o resultado de milhões de pequenas decisões individuais que se somam a uma tendência maior (ANTONIONI; FLYNN, 2012).

Portanto, entender como e porque os acadêmicos de Administração escolheram o curso e conseqüentemente sua profissão futura, pode ajudar o Instituto de Natureza e Cultura / Universidade Federal do Amazonas no desenvolvimento de políticas/projetos educacionais que atendam a realidade desse grupo.

O objetivo geral deste estudo foi compreender como o perfil socioeconômico pode influenciar no processo de escolha de curso pelos acadêmicos de Administração do Instituto de Natureza e Cultura / Universidade Federal do Amazonas, localizada no município de Benjamin Constant, Amazonas. Para tanto estipulou-se objetivos específicos onde avaliou-se o perfil socioeconômico dos acadêmicos matriculados no curso; determinou-se os principais fatores que influenciam no processo de escolha do curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura e; identificou-se as principais dificuldades percebidas pelos acadêmicos para cursar Administração no Instituto de Natureza e Cultura.

Este trabalho está dividido em tópicos para uma melhor compreensão do assunto exposto. No tópico 1, tem-se o referencial teórico com os principais conceitos e relações com subtemas, tais como aspectos sociais e econômicos no processo de escolha, o surgimento das

universidades no Brasil, conhecendo o estudante universitário brasileiro, a profissão da administração no Brasil, o curso de administração do Instituto de Natureza e Cultura. No tópico 2, apresentam-se os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa, sendo cumprido à risca todo arcabouço científico. No tópico 3, demonstram-se as análises e discussões dos resultados da pesquisa, dando ênfase para as respostas dos entrevistados de forma impessoal. Por fim, as considerações finais expõem sucintamente os principais achados da pesquisa, mostrando a percepção do autor/pesquisador sobre o tema abordado.

TÓPICO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Aspectos sociais e econômicos no processo de escolha

Segundo Vasconcellos e Garcia (2019) existe um “certo” consenso de que o início da Teoria Econômica, de forma estruturada, foi em 1776, com a obra de Adam Smith, A riqueza das nações. No período anterior, encontram-se apenas referências, ou aspectos parciais de embriões da teoria econômica, embora a preocupação com a economia esteja sempre presente desde tempos remotos. Na Grécia Antiga, há algumas referências à economia, como o trabalho de Xenofonte (440-335 a.C.) que, aparentemente, foi quem cunhou o termo economia (“*oiko nomos*”), em seus trabalhos sobre aspectos de administração privada e finanças públicas, com entendimento que a economia é o estudo das finanças da casa. Naquela época, a moeda metálica já circulava e a sociedade grega já apresentava preocupações políticas e morais relativamente avançadas. Os escritos de Platão (427-347 a.C.) e seu discípulo Aristóteles (384-322 a.C.), são os dois maiores legados que se tem daquela época, os quais apontavam alegações de ordem econômica.

No Brasil, os primeiros indícios da economia foram marcados pelo período colonial, tratando-se basicamente de uma economia extrativista entre 1500 e o início do século XX. Essa economia era dividida em ciclos, de acordo com a principal atividade econômica: ciclo do Pau-Brasil, ciclo da cana-de-açúcar, ciclo do ouro, ciclo da borracha e ciclo do café. Durante esse período, devido ao grande cultivo e exportação de matérias-primas, o Brasil foi considerado um dos principais exportadores de açúcar, ouro e café (GREMAUD; VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2018). Ainda segundo os autores, mais tarde, em decorrência das transformações advindas da industrialização, no século XX, onde o centro econômico do país já era no Estado de São Paulo, a economia brasileira entrou no primeiro período de desenvolvimento industrial, sendo dominado por indústrias leves no ramo de têxteis, couro, sabão, vestuário, cerveja, fundição e vidro.

Segundo dados do Portal da Indústria (2019), a economia do Brasil é proveniente de três setores econômicos primário, secundário e terciário. O principal ramo da economia do país é o setor terciário, responsável por metade do PIB e pela geração de 75% dos empregos.

Etimologicamente, a palavra economia deriva do grego *oikonomia* (de *oikos*, casa; *nomos*, lei). Na acepção original seria a “administração da casa” que, posteriormente foi associado à “administração da coisa pública”. (PASSOS; NOGAMI, 2015).

Vasconcellos e Garcia (2019) dizem que a economia pode ser definida como a ciência social que estuda de que maneira a sociedade decide (escolhe) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-lo entre várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas. Portanto, é a Ciência Social que estuda como a sociedade administra recursos produtivos (fatores de produção) escassos.

Há várias definições da economia como ciência, vejamos três autores contemporâneos a seguir:

- a. Myron H. Umbeit, Elgin F. Hunt e Charles V. Kinter, 1962:

“A economia é o estudo da organização social através da qual os homens satisfazem suas necessidades de bens e serviços escassos”.

- b. Stonier e Hague, 1975:

“Não houvesse escassez nem necessidade de repartir os bens entre os homens, não existiriam tampouco sistemas econômicos nem Economia. A Economia é, fundamentalmente, o estudo da escassez e dos problemas dela decorrentes”.

- c. Paul A. Samuelson, 1948:

“A economia é o estudo de como pessoas e a sociedade decidem empregar recursos escassos, que poderiam ter utilizações alternativas, para produzir bens variados e para os distribuir para o consumo, agora ou no futuro, entre várias pessoas e grupos da sociedade”.

A ciência econômica nasce da constatação de que, em qualquer sociedade, os recursos produtivos ou fatores de produção (mão de obra, terra, capital, matérias-primas, entre outros) são limitados. Por outro lado, os desejos e as necessidades humanas são ilimitados e sempre se renovam. Dessa forma, tem-se um problema de escassez: recursos limitados contrapondo-se a necessidades humanas ilimitadas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019).

Economia é tudo o que diz respeito a como grupos e indivíduos fazem escolhas e por quê. A economia tem gastado muito tempo analisando como os grupos fazem escolhas, mas porque o comportamento das escolhas do grupo geralmente demonstra ser semelhante ao comportamento das escolhas individuais (ANTONIONI; FLYNN, 2012). Ainda segundo os autores, os seres humanos estão constantemente sendo forçados a escolher porque nossos desejos quase sempre excedem nossos meios. A economia diz respeito às escolhas dos seres humanos em meio a opções limitadas para maximizar sua felicidade.

Dessa forma, quando se trata de escolher que curso fazer para se obter sucesso profissional ou até mesmo somente para ter uma qualificação profissional não é uma tarefa

fácil, a escolha profissional pode ser entendida como a decisão sobre o que fazer em termos ocupacionais e a pessoa que se quer ser no futuro. Trata-se de um processo contínuo, composto por uma série de decisões tomadas ao longo da vida. A escolha da futura profissão tende a acontecer quando os jovens frequentam o ensino médio, quando são desafiados a definir, em apenas uma escolha, uma opção que integre identidade, profissão e empregabilidade. Entretanto esse período de escolhas é caracterizado pela busca de equilíbrio entre o que se almeja ser e o que a realidade na qual os sujeitos estão inseridos possibilita, uma vez que a escolha profissional envolve características pessoais, fatores socioeconômicos e a própria realidade do mundo ocupacional (BRUNO; SORBELLO, 2008).

Assim, a escolha profissional pode ser influenciada por diversos fatores, entre aspectos pessoais que podem interferir na decisão, destacam-se características pessoais, interesses e aptidões, a forma de ver o mundo, de ver a si mesmo, bem como os valores, as crenças e as informações que as pessoas têm sobre as profissões (SANTOS, 2005).

É importante ressaltar que o contexto socioeconômico pode influenciar diretamente na escolha profissional. Jovens provenientes de classes socioeconômicas consideradas de baixa renda tendem a apresentar dificuldades em tomar decisões sobre o que desejam fazer, uma vez que restrições de ordem econômica e social podem limitar seus horizontes (MOURA, PASSATO, 2012).

Realizar uma escolha entre as opções possíveis parece uma tarefa simples, mas não é. A decisão implica em um processo de geração de condições que tornarão determinada ação mais provável do que outra, relacionada a vários estímulos que podem e na maioria das vezes são manipulados pelo indivíduo. O indivíduo questiona-se sobre seu futuro profissional, considerando sucesso, status social, modo e estilo de vida que almeja. Nesse ínterim ele busca uma categoria profissional que atenda às suas expectativas e, acima de tudo, na qual ele se identifique, projetando o que gostaria de ser ou como gostaria de se ver no futuro (ALMEIDA; MELO-SILVA, 2011). Dessa forma é possível dividir os fatores que influenciam na escolha pela profissão em dois grupos: internos e externos.

Por fatores internos compreendem-se os pessoais, os interesses do indivíduo, seus objetivos, seus valores e suas aptidões que formam uma preferência vocacional, além da satisfação de trabalhar em algo que ofereça oportunidades para ser criativo e autônomo em um ambiente intelectual, desafiador e dinâmico (MYBURG, 2005). Duas teorias representam os fatores internos na escolha da profissão: clareza de autoconceito e teoria da expectativa de autoeficácia.

A auto-avaliação que o indivíduo faz de seus valores, interesses, aptidões, desempenho, qualidades e de suas escolhas, bem como a maneira com que todos esses aspectos são organizados no seu plano de vida podem ser definidos de clareza de percepção própria. O autoconceito ou a percepção própria diz respeito às crenças relativas a si mesmo e ao quanto são definidas, firmes e invariáveis no tempo, uma vez que são essenciais para a decisão de carreira (SOUZA et al, 2011). Por outro lado, a teoria de expectativa de autoeficácia apresenta a proposta de que os indivíduos acreditam na capacidade própria de executar determinado comportamento com sucesso, o que é visto como um fator decisivo para a escolha e o desenvolvimento de carreira. (NUNES; NORONHA, 2009).

O status socioeconômico da família na fase de desenvolvimento da criança pode influenciar na futura escolha da profissão, bem como a instrução dada pelos pais. Uma pesquisa realizada por Panucci-Filho et al, (2013), apontou que a escolha da profissão foi influenciada pelo nível de instrução das mães. Dessa forma, filhos de pais que possuem ensino superior tendem a seguir a profissão da mãe, mesmo que não sigam a mesma profissão, acreditam que obterão melhor colocação profissional no futuro se possuírem um curso superior.

Segundo Panucci-Filho et al, (2013) o status social que uma profissão pode proporcionar é outro fator a considerar durante o processo de escolha. Dessa maneira, o mercado de trabalho não pode ser ignorado durante as escolhas de cursos universitários. A pesquisas de Lacerda, Reis e Santos (2008) e de Sontag et al, (2007), demonstram que o fator externo mais considerado pelo jovem para a escolha profissional foi o mercado de trabalho aquecido ou a empregabilidade da profissão escolhida.

1.2 O surgimento das universidades no Brasil

Diferentes interpretações foram apresentadas sobre a história das instituições universitárias e seus impasses, mas o desafio maior foi transformá-la. Para isso, se fez necessário tomar conhecimento de sua realidade, criação e organização, como funciona e se desenvolve, quais as forças que podem ser mobilizadas a fim de empreender as mudanças almejadas. Todavia, tal empreendimento não se faz sem relacionar essa instituição com o conjunto da sociedade, na ótica de sua dimensão política. O ponto de partida para qualquer discussão sobre universidade não poderá ser, portanto, “o fenômeno universitário” analisado fora de uma realidade concreta, mas como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país.

A história da criação de uma universidade no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (MOACYR, 1937). Dessa forma, a Coroa Portuguesa negou aos jesuítas que, ainda no século XVI, tentaram criar uma universidade na Colônia. Em decorrência, os alunos graduados nos colégios jesuítas iam para a Universidade de Coimbra ou para outras universidades europeias, a fim de completar seus estudos.

Tentativas sem êxito continuaram por mais de um século. Uma delas coincide com a transferência da sede da Monarquia para o Brasil. Assim, não seria exagero dizer que Portugal exerceu, até o final do Primeiro Reinado, grande influência na formação da elite brasileira. Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico foram negados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2000). Importa lembrar ainda que, mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante. Ou seja, “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional”. A partir de 1808, são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio (CUNHA, 1980).

Nesse contexto, no ano de transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 05 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica Médica. Outros atos são sancionados e contribuem para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1810, por meio da Carta Régia de 04 de dezembro, é instituída a Academia Real Militar, inaugurada em abril do ano seguinte. Foi nessa Academia que se implantou o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia de UFRJ. Algumas modificações mais significativas parecem ocorrer com a criação dos cursos jurídicos, em 1927, instalados no ano seguinte: um em 1º de março de 1928, no Convento de São Francisco, em São Paulo, e outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda, em 15 de maio daquele mesmo ano. Segundo Moreira, esses dois cursos passam a ter grande influência na formação de elites e na mentalidade política do império. Constituem, sem dúvida, centros de irradiação de novas

ideias filosóficas, de movimentos literários, de debates e discussões culturais que interessavam à mentalidade da época. E mais, tornam-se provedores de quadros para assembleias, para o governo das províncias e para o governo central (MOREIRA, 1960).

No Império, outras tentativas de criação de universidades se fizeram sem êxito; uma delas foi apresentada pelo próprio Imperador, em sua última fala do trono (1889), propondo a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país, que poderiam constituir-se de alta organização científica e literária.

Proclamada a República, outras tentativas são feitas. Cabe lembrar que, na Constituição de 1891, o ensino superior é mantido como atribuição do poder central, mas não exclusivamente. De 1889 até a Revolução de 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais. “Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, de 1890-1891”. Tal orientação é ainda mais acentuada com a Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911, que institui também o ensino livre. Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de “desoficialização” do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para a dos Estados. Nesse contexto surge, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo e, em 1912, a do Pará (MICHELOTTO, 2006) como instituições livres.

No entanto, somente em 1915 a Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das faculdades livres de direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”.

Em decorrência, a 07 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conversando suas características.

Apesar das restrições feitas à criação dessa universidade, cabe assinalar que, na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal. Não obstante todos os problemas e incongruências existentes em torno de sua criação, um aspecto não poderá ser

subestimado: sua instituição teve mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Esse debate, nos anos 20 do século passado, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção da universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil.

No que diz respeito às funções e ao papel da universalidade, há duas posições: os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional. Há, ainda, uma posição que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação de ciência nova (ABE, 1929). Tais questões são também objetos de discussão na 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, em 1927, a partir da tese *As Universidades e a Pesquisa Científica*, apresentada por Amoroso Costa. Observa-se que, embora existissem posições divergentes, a tese defendida por Amoroso Costa, juntamente com o movimento liderado pela ABE, ainda que não houvesse dentro da Associação um conceito unívoco de ciência, era introduzir a pesquisa como núcleo da instituição universitária (PAIM, 1982).

Em 1930, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro Titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuação tônica centralizadora. Trata-se sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho.

Nessa linha, o Governo Federal elabora seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) à organização da Universidade Do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e à criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31). Referindo-se às finalidades da universidade, Campos insiste em não reduzi-las apenas à sua função didática. Para o Ministro, “sua finalidade transcende o exclusivo propósito de ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada” (CAMPOS, 1931).

1.3 Conhecendo o estudante universitário brasileiro

Segundo Portes (2006), entrar para a universidade é se deparar com o desconhecido, adentrando em um mundo novo, é ter a responsabilidade de interação com práticas culturais mais legítimas, sobretudo quando se considera a atual realidade educação básica pública brasileira, em que não se constata, na maioria das vezes, a presença de atividades que priorizem teatro, artes, concertos, cinemas e literatura.

Alguns estudos, como o que Finatti (2007) desenvolveu na Universidade Estadual de Londrina (UEL) demonstram que os sujeitos usuários do ensino superior brasileiro se caracterizam da seguinte maneira: a) jovens, com percentual maior de mulheres em relação aos homens, declarando-se na condição de solteiros; b) a maioria se mantém, financeiramente, por meio de trabalho formal. Mas existem aqueles que possuem bolsas acadêmicas e os que sobrevivem de trabalho informal; c) a situação dos estudantes em relação a moradia é diversificada, porque envolve desde os que residem com os pais, até os que moram com amigos, outros familiares ou sozinhos.

Em estudo anterior ao de Finatti (2007), Romanelli consegue diagnosticar a heterogeneidade acerca dos estudantes universitários em relação à conciliação do trabalho, onde os diferencia da seguinte maneira: a) estudante em tempo integral, mantido pela família e se dedica exclusivamente aos estudos, independente de turno (diurno, noturno, integral); b) estudante-trabalhador, trabalha, no entanto, ainda é dependente financeiramente de seus familiares; c) trabalhador-estudante, além de não depender dos familiares, contribui muitas vezes, para o orçamento doméstico. A família não tem condições financeiras para mantê-lo e/ou não julga a escolarização universitária relevante investimento para o filho. Assim, o estudo depende do investimento, disposição e aspirações pessoais deste último. Incentivadas às vezes, pela família.

Segundo Grignon e Gruel (1999) a origem social exercer forte influência na “escolha” e acesso às carreiras prestigiosas, ou seja, quanto maiores os recursos dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração. Zago (2006) acredita que, não existe “escolha” para a maioria das pessoas, mas adaptação, ajuste a sua realidade, levando em consideração questões sociais, econômicas e culturais da família e o histórico de escolarização do indivíduo.

Dessa forma, o período de formação acadêmica é comumente caracterizado como uma etapa de transição que requer alto grau de adaptação a estressores institucionais, pessoais,

sociais e econômicos. Tais estressores, muitas vezes, são importantes para a formação dos estudantes, contribuindo para a aquisição de habilidades, resiliência e estratégias de resolução de problemas que podem ser úteis no enfrentamento de diversas situações ao decorrer do ciclo vital, seja no ambiente acadêmico, profissional ou pessoal. Geralmente a entrada na universidade significa a realização de um sonho que muitas vezes é compartilhado positivamente e intensamente com as pessoas que fazem parte da vida do jovem recém-ingressado na vida acadêmica (ALMEIDA, SOARES, 2004). Esses mesmos autores afirmam que os jovens, apesar de conseguirem ultrapassar várias barreiras, chegam à universidade com visões inocentes e irreais sobre o que realmente abarca a vida universitária, apresentando frequentemente durante o primeiro ano na vida acadêmica altos níveis de estresse e ansiedade que os deixam vulneráveis ao desajustamento e, em alguns casos, até a sintomas psicopatológicos.

Seguindo a mesma linha de pensamento Pedrelli et al, (2015), tal etapa pode apresentar um período em que estudantes predispostos estão mais vulneráveis ao início, agravamento ou persistência de sintomas relacionados a quadros psicopatológicos ou uso problemático de substâncias.

No Brasil, segundo dados da Associação Nacional do Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) de 2018 (ANDIFES; FONAPRACE, 2019), a maioria dos estudantes universitários está na faixa etária de 17 a 24 anos, período caracterizado pela transição da adolescência para a vida adulta. Esse período, tem como marco uma fase de construção de identidade pessoal e profissional do estudante, maiores responsabilidades e autonomia apesar de normalmente haver certa dependência financeira, formação de novos vínculos e afastamento de vínculos prévios e formação de expectativas em relação a vida e ao trabalho, ou seja, uma fase de descobertas e instabilidades materiais, relacionais e emocionais (ARNETT, 2000).

Em pensamento similar Bardagi (2007) diz que, a universidade, para a maioria dos estudantes, é o período de transição da adolescência para a vida adulta. É um momento de busca e preenchimento do senso de individualidade e, ao mesmo tempo, um período de construção de relações sociais com os outros. Para muitos estudantes pode ser a primeira vez que vivem longe dos pais, de seus lares e do convívio social inicial. É um espaço de fundamental importância para o desenvolvimento de vida, uma vez que promove a ampliação do rol de habilidades e competências profissionais e pessoais, assim como melhora o funcionamento cognitivo de seus alunos, constituindo-se como um espaço gerador de impactos positivos para os estudantes.

Com todas as mudanças características desta etapa, novas demandas são geradas e o sujeito tem que se adaptar a esta nova realidade. Este processo, por vezes, pode ser percebido como um estressor e impactar diretamente na saúde dos alunos. Esses fatores fazem com que o estudante universitário, em especial o que está ingressando no curso, seja considerado parte de uma população mais vulnerável ao adoecimento psíquico (PEDRELLI et al, 2015).

A vida universitária impõe aos estudantes uma série de mudanças e exigências que podem ter impacto na sua qualidade de vida, além disso, a universidade apresenta, em geral, um nível de exigência acadêmica superior ao do ensino médio, fazendo com que o aluno muitas vezes necessite desenvolver hábitos de estudos mais sistemáticos e uma postura mais autônoma em relação ao processo de aprendizagem, o que pode ser fonte de estresse para o estudante.

Diversos estudos vêm demonstrando altas prevalências de transtornos mentais, em especial transtornos de humor, ansiedade e por uso de substâncias, em universitários pelo mundo. Um estudo recente que avaliou 13.984 estudantes do primeiro ano em 19 universidades em 8 países distribuídos pelo mundo, 35,3% dos estudantes apresentaram *screening* positivo para pelo menos um transtorno mental comum durante a vida e 31,4% durante o último ano. Da mesma forma, estudos mostram que as taxas de depressão e ansiedade são maiores do que na população geral (IBRAHIM et al, 2013). De forma preocupante, estudos mostram altas taxas de ideação suicida, plano e tentativa, tanto durante a vida e quanto durante o último ano (MORTIER et al, 2018). Quanto ao uso de substâncias, cerca de um quinto dos estudantes preenchem critérios para o transtorno do uso de álcool (SLUTSKE, 2005), sendo que 39,9% relataram já ter feito uso de maconha e 9,9% uso de estimulantes não prescritos pelo médico (JOHNSTON et al, 2016).

Tais dados e fatores envolvidos parecem variar entre cursos, embora mantenham proporções semelhantes de prevalência, sendo necessários mais estudos que identifiquem fatores associados e dados epidemiológicos comparando cursos de áreas do conhecimento diferentes (LIPSON et al, 2016). Em estudantes de medicina, há um volume maior de literatura, uma revisão sistemática com metanálise encontrou que 27,2% dos estudantes apresentam depressão ou sintomas depressivos e ideação suicida foi de 11,1% (ROTENSTEIN et al, 2016). Mesmo com maior prevalência nos cursos de medicina, estudos apontam que cerca de 15 a 25% dos universitários irão apresentar algum transtorno mental durante sua formação (VASCONCELOS et al, 2015; VICTORIA et al, 2013).

Entretanto, mesmo com elevados níveis de prevalência de sintomas e transtornos mentais comuns, a proporção de estudantes apresentando sofrimento psíquico que buscam

ajuda ou recebem atendimento e/ou tratamento adequado é muito baixa, girando em torno de um sexto (ROTENSTEIN et al, 2016).

As demandas acadêmicas são aspectos característicos da vida universitária, como excesso de carga horária de estudo, o nível de exigências em relação ao processo de formação, a adaptação a um novo contexto, novas rotinas de sono, novas demandas de organização de tempo e estratégias de estudo etc. Tais aspectos podem se constituir como estressores, pois demandam do estudante um repertório comportamental para se organizar e conseguir enfrentar tais exigências. Quando há um déficit neste conjunto de habilidades e competências, é provável que estes estressores sejam vivenciados com maior intensidade pelo aluno. Hersi et al, (2017), por exemplo, corrobora com essa relação, apontando em seu estudo que longas horas de estudos necessárias estão associadas ao stress mental.

Além da própria competência individual para lidar com todas as demandas acadêmicas, estudos mostram que as crenças dos estudantes sobre sua própria capacidade influem em algum nível sobre saúde mental. Baixo níveis de autoeficácia se relacionam às dificuldades pessoais, como emoções negativas, instabilidade emocional, angústia e tristeza (VALDEBENITO, 2017). Por outro lado, possuir níveis satisfatórios de autoeficácia interfere nas estratégias empregadas para enfrentamento dos estressores acadêmicos vivenciados neste período, podendo gerar uma melhora na qualidade de vida e nos demais aspectos de saúde.

1.4 A profissão da administração no Brasil

A profissão veio tomando forma ao decorrer do desenvolvimento do país, principalmente no período de passagem da economia das lavouras para as indústrias, ainda assim, a administração não era tida como profissão própria, mas atrelado a economia e contabilidade. No entanto, a crescente industrialização fez com que as empresas demandassem de profissionais específicos e qualificados para suprir suas necessidades administrativas, visando atender esse crescimento exacerbado da indústria o governo decidiu regulamentar a atividade, que ocorreu na metade da década de 60, pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. A presente Lei, no seu artigo 3º, afirma que o exercício da profissão de técnico em administração é privativo dos bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido pelo, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da

Educação no Brasil. Tal decisão ampliou um vasto campo de trabalho para a profissão de administrador.

Atualmente o profissional de administração tem um espaço amplo de atuação no mercado, podendo atuar em empresas de diversos portes e em diferentes setores da economia, prestando seus serviços a empresas privadas, órgãos públicos, terceiro setor, e, também pode atuar de forma autônoma prestando consultorias e até abrir seu próprio negócio.

1.5 A ciência da administração no Brasil

A história do ensino de administração tem início a partir dos trabalhos seminais realizados por Frederck Taylor, nos Estados Unidos, e Henri Fayol, na França, trabalhos esses que se constituem nos principais argumentos por tais países para a reivindicação da paternidade do ensino de administração, sob a perspectiva instrumental e voltada ao atendimento das necessidades do mercado. Não se pode, porém esquecer, que o crescimento do ensino de administração relaciona-se fortemente ao aumento da importância do capitalismo a partir do começo do século XX e a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica e mais representativa deste mesmo sistema (BERTERO, 2006; SILVA, 2007).

Ainda de acordo com Bertero (2006), este país foi o precursor na oferta formal de cursos em administração, pois a Europa, apesar de abrigar as ideias de Fayol, teve maior resistência à implantação destes cursos, tendo em vista a estrutura conservadora das suas antigas e tradicionais universidades; com isto a oferta de cursos de administração nesse continente somente se tornou uma realidade após o término da segunda Guerra Mundial. Tendo em vista o caráter de pioneirismo do ensino de administração norte-americano, de acordo com alguns estudiosos da área este país, a exemplo do que já acontecia com diversos setores industriais fortes na sua economia, passou a exportar seu modelo de ensino de administração para outras nações ao redor do mundo, dentre eles o Brasil.

A consolidação do ensino formal de administração no país, ocorreu a partir de convênios firmados com os Estados Unidos, tanto em nível de formação de professores no exterior, quanto no que se refere à reprodução de currículos diretamente importado deste país, implantados em maiores adaptações. As duas experiências nacionais pioneiras foram: a Fundação Getúlio Vargas (FGV) – a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), criada em 1952, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), fundada dois anos depois. Com a continuidade da adoção deste modelo, o Brasil se consolidou como um país que mais receberam ajuda estadunidense, ajuda esta legitimada pelos princípios

desenvolvimentistas difundidos nacional e internacionalmente nas décadas de 40 e 50 (FISCHER 1984; BERTERO, 2006).

Entretanto, esta influência americana no ensino de administração através da importação de modelos internacionais sem maiores vínculos com a realidade do país, de acordo com Fischer (2003) e Paes de Paula (2008), começou a ser questionada por radicais críticos como Maurício Tragtenberg e culturalistas como Alberto Guerreiro Ramos já na década de 70 (FISCHER, 2003). Estes autores, juntamente com Fernando Prestes Motta, são reconhecidos, por Vieira e Caldas (2007) e Paes de Paula (2008), como pioneiros da teoria crítica na área de administração no Brasil. Consoante com estes precursores, Aktouf (2005), Fischer (2003) e Santos (2004), dentre outros, cientes da necessidade da formação de administradores portadores de um pensamento crítico, reconhecem que realidades distintas demandam ações administrativas distintas, motivo pelo qual o ensino de administração deve contemplar disciplinas que despertem os graduandos para o papel de transformador da realidade social na qual estão inseridos.

Para Prestes Motta (1983), embora, inicialmente, se notasse a preocupação em fornecer ao administrador uma formação baseada nas ciências humanas, esta formação priorizou a vocação instrumental direcionando-se ao atendimento das especificidades espelhadas nas diversas áreas funcionais das organizações. Esta opção se deu em detrimento da busca pelo desenvolvimento de uma percepção crítica, fundamental e necessária à compreensão e avaliação da realidade social na qual este profissional atua.

Ainda com base no último autor, a realidade presente no ensino nacional de administração naquela época, não vislumbrava a possibilidade de que o sistema capitalista pudesse vir a entrar em crise, conforme posteriormente verificado. Longe disso, a convicção reinante nos programas norte-americanos de administração, era de que o desenvolvimento deste sistema conduziria de forma inexorável à obtenção de benefícios sociais amplos, benefícios estes que contemplariam todos os seguimentos da sociedade. Essa análise feita por Prestes Motta (1983) encontra sua ancoragem conceitual na teoria crítica da administração a qual, conforme Vieira e Caldas (2007) e Paes de Paula (2008) tem como precursores no Brasil.

Com base nestes estudiosos distinguem-se dois princípios básicos dessa teoria; o primeiro encontra-se relacionado à sua orientação à emancipação do homem na sociedade; neste sentido, advoga a importância do papel da ação humana, não apenas no sentido de buscar compreender o mundo, mas direcionando seus esforços na busca pela sua efetiva transformação. O outro princípio relaciona-se à manutenção do comportamento crítico frente

ao comportamento hegemônico existente, tendo em vista que nessa perspectiva não é possível se conformar com o que é dado como única descrição do real (VIEIRA; CALDAS, 2007).

Em resumo, a teoria desenvolvida por esses autores postula que não basta evidenciar como as coisas são; é fundamental identificar as possibilidades não realizadas pelo mundo social agindo no sentido de concretizá-las.

Constata-se assim que, se quando do início do ensino brasileiro de administração, a adoção do modelo estadunidense não foi condição necessária a fim de se evitar maior demora nesta implantação, tal importância reduz-se com o correr do tempo, em função de um olhar que sinaliza para um horizonte da administração muito mais amplo do que aquele ferramental concebido por seus fundadores.

Apesar dos esforços empreendidos pelos estudiosos críticos, inclusive os brasileiros citados anteriormente, as “ondas colonizadoras continuam sendo produzidas no Brasil, embora com outra abrangência e foco, as quais cotam com adesão e mesmo cumplicidade de professores brasileiros” (FISCHER, 2003), profissionais estes que assumem um papel de fundamental importância na formação do futuro profissional de administração. De fato, alguns estudos realizados mais recentemente sobre a estrutura curricular adotada nas instituições de ensino superior que ofertam o curso de graduação em administração, a exemplo de Fischer (2003), Nicolini (2003), Silva (2007) e; Craide et al, (2009) evidenciam que, de maneira geral, os aspectos ferramentais e direcionados a atender às demandas do mercado, continuam sendo priorizados pelas diferentes instituições, sendo que esta opção ocorre em detrimento da perspectiva da natureza transformadora e crítica da administração.

1.6 O curso de administração no Brasil

No Brasil, a história dos cursos superiores de Administração emerge logo no início do século XX, concomitantemente com um longo processo de definição sobre os quais seriam as fronteiras do campo do saber administrativo. Segundo Fischer (1984), “a ideia de se implantar o ensino de Administração Pública, no Brasil, surge no Império, através de pronunciamento de parlamentares como o Barlo de Uruguaiana e o Barlo de Bom Retiro, registrados em 1854”. Nessa época, conteúdos relacionados à Administração começaram a ser absorvidos por cursos de Engenharia, de Economia e de Ciências Contábeis. Tal situação, segundo, ainda conforme Fischer (1984), acabou colaborando para que a área de Administração só ganhasse identidade muitos anos depois.

Ainda no transcorrer do II império, diversas foram as ideias que emergiram em torno da questão do ensino das ciências administrativas. Dentre elas, sublinha-se a proposta, elaborada pelo deputado Silva Ferraz em 1854, que defendia a criação de uma escola de administração a partir da escola do comércio – “incorporando a disciplina de direito administrativo e as duas matérias nela contidas” – e, também, a ideia do ministro Leôncio de Carvalho em 1879 que, “sugeriu a dicotomização do curso de bacharelado em direito em duas seções, uma voltada à magistratura e à advocacia e outra voltada as carreiras administrativas e política” (NICOLINI, 2003).

Em 1857, 1865 e 1879 ocorreram reformas de ensino, as quais, por sua vez, recomendavam alterações curriculares nos cursos de direito, de modo a favorecer a formação de administradores públicos – uma orientação que veio a ser reforçada, também, no parecer de Rui Barbosa, datado de 1882. Nesse sentido, Coelho (2008) sublinha que, o então deputado, em seu parecer sobre o ensino superior do país (no ano de 1882), “amplia e aprofunda a concepção de um curso superior para formar egressos que viessem a exercer com competência as funções administrativas nas dependências do Império”. Mais tarde, a iniciativa do deputado Rui Barbosa culminou no esboço de um curso de Ciências Sociais e, também, na criação de um currículo para tal.

No entanto, a proposta curricular sugerida por Rui Barbosa, para o ensino de ciências sociais, não incluía nenhuma disciplina das ciências administrativas. Apesar de ter como seu principal escopo a formação de profissionais capazes de exercer as funções administrativas nas dependências do Império, a maioria das disciplinas estavam voltadas às ciências jurídicas e às ciências econômicas, perfazendo-se num total de 70% do currículo do curso.

Dessa forma, no Brasil, a primeira vez que se fez alusão ao ensino superior em administração pública foi “no bojo das discussões nacionais sobre ampliação do ensino comercial e a organização das faculdades de direito”, exposto inicialmente sob a nomenclatura de “curso de ciências sociais” e, visivelmente, delineado à luz das ciências jurídicas, “circunscrevendo a administração do aparelho do Estado aos aspectos legais” (COELHO, 2008).

Por sua vez, os primeiros cursos brasileiros que intentaram oferecer o estudo das ciências administrativas datam do ano de 1902 e foram ministrados em duas escolas particulares: a Escola Álvares Penteado, no Rio de Janeiro, e a Academia de Comércio, em São Paulo. Alguns anos mais tarde, já em 1905, e através do Decreto Legislativo nº 1.339, o Governo Federal reconhece como sendo de utilidade pública esses dois cursos e concede a essas escolas a validade do diploma por elas conferido (NICOLINI, 2002). Apesar da validade

desses diplomas, até 1931, o ensino da administração não era regulamentado (só veio a ser no governo do presidente Vargas, quando houve a criação do Ministério da Educação e a estruturação do ensino em todos os níveis).

Nesse contexto, em 1931, na cidade de São Paulo, foi fundado o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), cujo escopo seria o de propagar os métodos mais sofisticados das ciências administrativas daquela época. Segundo Coelho (2008), esse instituto foi organizado por intelectuais e empresários de São Paulo e era “considerado como a primeira instituição de treinamento em administração da América Latina”. Já em 1936, o IDORT foi reconhecido como sendo de utilidade pública pelo governo federal e, sob patrocínio da Federação das Indústrias de São Paulo, deveria, dentre suas diversas atribuições, divulgar os teóricos da administração científica e clássica e seus respectivos métodos, objetivando o aperfeiçoamento do desempenho gerencial dos profissionais e a solução de problemas ligados à racionalização da administração das empresas em geral (NICOLINI, 2003).

Ainda em 1936, Fischer (1984) destaca a promulgação da Lei nº 9.284, a qual estabeleceu normas para a Administração de Pessoal e para o sistema de classificação de cargos. Dois anos mais tarde, em 1938, o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) foi criado: desempenhando um papel central em todos os esforços da reforma administrativa, teve a formação do servidor público como área de ênfase ao considerar a administração de pessoal e o sistema de mérito como “a pedra angular” da reforma administrativa”.

Em 1943, a ideia de um centro de estudos em administração pública concretizou-se e foi solicitada, ao governo dos EUA, uma ajuda técnica ao DASP. Nessa ocasião, emergiu a ideia de uma escola de Administração Pública independente das universidades e do DASP. Foi por intermédio dos integrantes do quadro do DASP, Benedicto Silva e Claento de Paiva Leite, que surgiu uma aliança entre o DASP e a Organização das Nações Unidas, com vista à promoção de treinamento na área de Administração Pública (FISCHER, 1984). Por sua vez, originada no DASP, inaugura-se, em 1944, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o “objetivo de preparar pessoal especializado para a administração pública e privada” (NICOLINI, 2003).

Em janeiro de 1948, Roberto Campos propôs um projeto à Organização das Nações Unidas, o qual continha a ideia da criação de uma Escola Nacional de Administração nos moldes da Escola Nacional de Administração Francesa (ENA). Porém, somente em 15 de abril de 1952, que veio a ser instalada a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP),

como resultado de duas reuniões que foram realizadas em *Lake Succes* (EUA) e no Rio de Janeiro e das quais participaram técnicos brasileiros da FGV e do Governo Federal, representantes da ONU e professores americanos (FISCHER, 1984).

Com a consolidação da EBAP na então capital política do país e estando ela voltada à formação de profissionais especialistas para a Administração Pública, a FGV, por sua vez, focou na criação de uma escola de Administração de Empresas dedicada, essencialmente, à formação de profissionais especialistas para atuarem na iniciativa privada. Assim, em 1954, nascia a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), instituindo um bacharelado destinado a formar profissionais especialistas nas “modernas técnicas” de gerência empresarial e no intuito de “atender às expectativas do empresariado local” (COELHO, 2006).

Algum tempo depois, precisamente no final de 1960, egressos da EBAP em conjunto com seus professores e com técnicos em Administração do DASP, organizaram a Associação Brasileira de Técnicos em Administração (ABTA), a qual defendia a institucionalização da profissão de Administrador no Brasil. Meses depois, a regulamentação do ensino de graduação em administração no país inicia-se, indiretamente, através do reconhecimento dado pelo governo federal ao curso de formação da EBAP, através do Decreto nº 1.108, de 30 de maio de 1962 (COELHO, 2006).

Em 1965, a Lei nº 4.769 que regulamentou a profissão do Técnico em Administração foi aprovada. Com a criação da categoria de técnico em administração, o exercício da profissão passou a ser privativo dos bacharéis em administração pública o de empresas e de gestores praticantes (indivíduos com, pelo menos, ensino secundário e cinco anos de atividades próprias no campo profissional do administrador), ou seja, todos aqueles diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial oficializado ou reconhecido, cujo currículo fosse fixado pelo Conselho Federal de Educação. Segundo Nicolini (2003), a criação da categoria de Técnico em Administração foi o primeiro precedente para a regulamentação e a posterior expansão do ensino de administração no Brasil.

Passados dez meses da regulamentação da profissão, o Conselho Federal de Educação estabeleceu “o primeiro currículo mínimo do curso de graduação em Administração pelo Parecer nº 307 e Resolução S/N, de 8 de julho de 1966, conforme preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)” (COELHO, 2006). Nesse sentido, vale sublinhar que até a metade da década de 60, no Brasil, o bacharelado em Administração Pública (AP)

suplantava o bacharelado em Administração de Empresas (AE) em número de cursos, matrículas e formandos.

Com o passar dos anos, viu-se a necessidade de formar administradores capazes de atuarem em qualquer esfera do mercado, não somente nas duas para a qual vinham sendo formados (AP e AE), assim, a década de 70, segundo Fischer (1984), caracterizou-se pelo “declínio do papel do administrador público e pelo apogeu do tecnocrata, exacerbação máxima da racionalidade funcional e dos princípios desenvolvimentistas”.

Dessa forma, as instituições de ensino, no Brasil, passaram, gradativamente, a inserir em sua grade curricular de ensino as disciplinas de AP e AE, a exemplo da EBAP (considerada por muitos a espinha dorsal do ensino de Administração no Brasil) que, em 1977, definitivamente, transformaria seu curso de graduação em Administração Pública em um curso de Administração, destinando-se à formação acadêmica de técnicos em Administração, aptos a desempenhar a profissão em qualquer organização, independente de sua natureza (COELHO, 2006).

1.7 O profissional de administração no Brasil

Diante das inúmeras mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no mundo e, especialmente no Brasil, o mercado de trabalho passou a exigir profissionais cada vez mais qualificados e com habilidades técnicas e humanas. Dentre tais transformações destaca-se a reestruturação produtiva, acarretando uma nova dinâmica nas questões de trabalho. Devido ao fato de as organizações estarem inseridas em um contexto de alta competitividade, torna-se necessário que as mesmas busquem se adequar a essa dinâmica, o que é feito por meio da busca de profissionais competentes e flexíveis.

Nesse contexto, nota-se que tais mudanças interferem diretamente na preparação e atuação profissional do administrador. Moreira et al, (2014), afirmam que devido a competitividade, o mercado requer o perfil de um administrador com visão generalista de conhecimentos, que geralmente é adquirida na graduação, nas várias áreas da Administração como contabilidade, direito, economia, gestão ambiental, dentre outras. Além disso, os autores consideram que o administrador moderno deve aprimorar suas habilidades por meio de atividades variadas para que construa um perfil considerado adequado para o mercado.

No caso específico do curso de Administração, o debate sobre o perfil do profissional passou por diversas etapas, as quais exigem adaptações constantes das instituições de ensino

superior, haja vista que o egresso do curso irá se inserir em cenários em modificações constantes e contextos variados (PIZZINATTO, 1999).

Devido às transformações ocorridas e novas necessidades socioeconômicas que surgiram, no Brasil, foi preciso investir em mão-de-obra qualificada para acompanhar o processo de industrialização, como consequência disso, houve o desenvolvimento do ensino superior de Administração a parti da década de 70, juntamente com o surgimento de grandes empresas industriais (MOREIRA et al, 2014).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) categoriza o mercado de trabalho em 11 setores básicos. São eles: atividades agrícolas; indústria de transformação, outras atividades industriais; indústria de construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte e comunicação; administração pública; saúde e serviço social; e outras atividades (ocupações ligadas a intermediação financeira; seguros e previdência privada; atividades imobiliárias; atividades de informática; pesquisa e desenvolvimento; serviços prestados, principalmente, às empresas).

Os três setores com maior participação dos administradores brasileiros, para o período de 2002 a 2012, são a indústria da transformação, a administração pública, e outras atividades. Juntos, estes setores somam aproximadamente 65,5% da participação total no período. Com relação à participação de gênero em cada setor, a maior desigualdade em favor da participação dos homens está na indústria de transformação. Há uma igualdade de participação no setor de outros serviços, entretanto este representa cerca de 3% dos administradores brasileiros. Em alojamento e alimentação, com menor participação de administradores é onde as mulheres predominam, com valor próximo de 68%; trata-se também do setor que menos paga por hora aos administradores, cerca de R\$ 8,04 por hora de trabalho.

O trabalho e as formas de administrá-lo seguem os movimentos da sociedade, as imposições da vida econômica, o progresso das técnicas e das tecnologias. Dessa mesma forma, as relações estruturais na configuração dos sistemas produtivos e na disposição dos recursos humanos acompanham esses movimentos (CHERQUES, 2007).

Nesse contexto, inserem-se as questões que envolvem o mercado de trabalho atual e suas novas demandas. É importante ressaltar que o atual processo de valorização da formação profissional como estratégia de enfrentamento do desemprego que se difunde no Brasil é reflexo, em grande parte medida, do debate internacional acerca da crise do mercado de trabalho (LEMOS et a., 2009).

As constantes mudanças no mundo do trabalho podem ser observadas claramente por meio de uma nova configuração e demanda diferenciada. Amaral et al, (2012) considera que

tais transformações referentes ao mercado de trabalho que ocorrem nas diversas categorias profissionais e de emprego que integram esse mercado, configuram uma das principais evidências da transição histórica em curso, a qual se caracteriza basicamente pela globalização e reestruturação dos sistemas produtivos.

O mercado de trabalho pode ser definido como o elo que organiza a relação de troca, aproximando aqueles que ofertam a força de trabalho e aqueles que demandam, podendo também ser entendido como a principal forma por meio da qual acontece a solução institucional para um duplo problema de alocação. De um lado, o sistema produtivo precisa ser provido com o trabalho necessário para a geração de riqueza; do outro, os indivíduos detentores da força de trabalho necessitam dos meios monetários (salário e benefícios) e sociais (status) para assegurar sua sobrevivência (AMARAL et al, 2012).

No atual cenário que combina competitividade e necessidade de recursos humanos altamente qualificados nas organizações, bem como a instabilidade das relações de trabalho, a preocupação com os aspectos do trabalho ganham destaque (CAVAZOTTE et al, 2012). Lemos et al. (2009), afirma que a qualificação profissional tem sido considerada como um diferencial para a inserção no mercado de trabalho, sendo entendida como um requisito da empregabilidade e até mesmo como um desafio a ser enfrentado pelos profissionais que pretendem se inserir no mercado de trabalho.

1.8 O estudante de administração

Segundo o Senso da Educação Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2015), o curso de Administração está entre os 4 maiores cursos da graduação em número de matrículas. De acordo com Moreira et al, (2014), no Brasil, o ensino de Administração possui a maior demanda de alunos para o ensino superior e por esse motivo, muitos destes administradores se deparam com o mercado sem a formação adequada para o atendimento das exigências do mesmo.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração, Resolução nº 04 de 13 de julho de 2005 – Art. 3º, o perfil de um formando do curso de graduação em Administração pode ser representada da seguinte maneira:

O curso de Administração deve ensinar, como perfil desejado do formando, captação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e seu gerenciamento, observando níveis graduais do processo de tomada de decisão bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade

intelectual a adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (BRASIL, 2002, p. 13).

Pode-se perceber que este perfil abrange diversas características pertinentes à atuação profissional. No entanto, Silveira et al, (2009) afirmam que o impacto causado pelo uso de novas tecnologias nos diversos setores da atividade econômica requer profundas transformações no processo pedagógico dos cursos superiores de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Isto pode ser considerado como dificuldade e insegurança para os educadores e coordenadores de instituições de ensino superior, principalmente quando se trata da complexa formação de que necessita um futuro administrador para entender ao atual mercado altamente competitivo.

As novas experiências na área de educação reforçam a importância de uma reavaliação do processo de ensino-aprendizagem nos cursos de graduação. Essa necessidade de reavaliação está intensamente presente em cursos que necessitam de uma forte vinculação com o mercado, o que ocorre na área de administração, que precisa de habilidades desenvolvidas ao longo da formação do administrador e são valorizadas pelas organizações (BORBA, et al, 2005).

Como forma de atender a tais condições, os Cursos de Graduação em Administração no Brasil devem possibilitar, segundo o Art. 4º da Lei de Diretrizes Curriculares, a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

1. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão;
2. Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
3. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
4. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
5. Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
6. Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
7. Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

8. Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

As habilidades e competências acima elencadas devem assegurar aos administradores um funcional capacidade de intervenção nas organizações públicas e privadas. Devem possibilitar mecanismos para gerenciarem os recursos das empresas em qualquer dimensão, assim como uma visão holística da organização, podendo exercer um dos princípios mais exigidos pelas empresas atualmente, o controle, crucial para interferir nas dimensões subjetivas de qualquer estrutura organizacional. Fica a dúvida, porém, se os milhares de administradores que estão se formando todos os anos no Brasil estão adquirindo todas as habilidades e competências.

O administrador na empresa moderna deve ser responsável por intermediar a remuneração dos acionistas e a produção. Pelas próprias características da produção capitalista, seu papel é o de oferecer as soluções adequadas a esta equação; neste sentido, poderíamos dizer que sua preocupação principal é a de responder aos desafios impostos pelo ambiente à organização, que se torna o local de sua realização e sucesso. O que equivale informar que seu papel tem sido o de garantir para a organização um espaço no mercado (MARTINS, 1997).

O Conselho Federal de Administração com o apoio dos Conselhos Regionais de Administração e Associação Nacional dos Cursos de Administração (ANGRAD) em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA/USP), promoveram em 2011 a quinta edição da pesquisa nacional para traçar o perfil do profissional de Administração. Essa pesquisa aponta, segundo Mendes e Azevedo (2012), algumas situações que podem ameaçar a profissão. São elas:

1. Incidências de profissionais submetidos à realização de atividades aquém de seu nível profissional e com salários aviltados, além dos que desenvolvem trabalhos de alta complexidade e não recebem a justa contrapartida financeira;
2. A ocupação do cargo de Gestor Público no serviço público federal ocupados por pessoas de qualquer tipo de graduação, realizando atividades próprias do Administrador;
3. Existência de um distanciamento entre o que ensina as instituições de ensino superior e o que necessita o mercado de trabalho com relação ao profissional recém-formado.

Vários especialistas apontam que uma das possíveis causas para essas ameaças está no considerável leque de atuação do administrador, dificultando a delimitação dessa atuação e possibilitando o acesso de outros profissionais em áreas que o administrador pode atuar. A

sua formação deve necessariamente conter instruções ligadas aos seguintes campos do conhecimento: antropologia, sociologia, filosofia, psicologia, ética, política, comportamento, economia, contabilidade, tecnologia da comunicação e da informação, ciências jurídicas, teorias da administração e das organizações. Administração de recursos humanos, marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistema de informações, planejamento estratégico e serviços, pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração. Essa formação pode ser aplicada em empresas de serviço, comércio e indústria, utilizando inúmeras ferramentas e modelos de gestão, que devem promover um funcional processo de tomada de decisão.

Visando essa distância das universidades com o mercado, Fontenelle (2007), apresenta os dados de uma pesquisa exploratória sobre a reformulação de um curso para graduados em Administração, na cidade de São Paulo, passando a incluir em seu plano de curso a disciplina “orientação de carreira”, tendo em vista a nova demanda do mercado por profissionais “empreendedores”, aptos a gerirem a sua própria carreira. Segundo esse autor, há um novo modelo econômico em curso que promove mudanças reais nas relações de trabalho e que tem deixado o indivíduo só e responsável pelo seu destino.

Segundo Chanlat (1996) o desenvolvimento de carreira encontra-se diante de diverso paradoxos, como a falta de formação dos estudantes de administração, as dificuldades de mercado e o avanço dos trabalhos temporários. Conforme este autor, para que ajam mudanças no cenário futuro é necessário pensar sobre transformações substantivas na ética do trabalho, na formação dos jovens e na preocupação exclusivamente financeira que limita cada vez mais o horizonte profissional.

TÓPICO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, realizou-se uma pesquisa em artigos científicos e livros, visando ter uma visão ampla dos principais conceitos relacionados ao tema, buscando um entendimento abrangente sobre o assunto. Em seguida, aplicou-se um questionário digital através da ferramenta Google Forms enviado via e-mail para coleta de dados dos acadêmicos, ou seja, não foram realizadas entrevistas pessoalmente.

Após a coleta das informações através dos questionários, realizou-se a apreciação e transcrição dos dados, mantendo a veracidade dos questionados, mas interpretadas pelo pesquisador, buscando assim, entender como funciona as influências socioeconômicas dos pesquisados.

Desta feita, a pesquisa científica classificou-se como pesquisa de campo qualitativa, exploratória, tendo como amostra os acadêmicos de Administração do Instituto de Natureza e Cultura-INC, não probabilística e, questionário como principal instrumento de coleta de dados.

2.1 Natureza da pesquisa

A natureza da pesquisa será de cunho qualitativo, permitindo ao pesquisador ter contato direto e prolongado com o ambiente e a situação que está sendo investigada, coletando dados predominantemente descritivos pelos entrevistados. Segundo Bogdan & Biklen (2003), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estufada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Os autores ainda enfatizam que “o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise” (BOGDAN; BIKLEN, 2003).

2.2 Quanto aos fins

Este trabalho teve caráter exploratório, visando diagnosticar e explorar evidências não probabilísticas do estudo em questão. Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas

ideias. Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adequadas para a realização de futuras pesquisas conclusivas.

Seguindo a mesma linha pensamento, Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

2.3 Quanto aos meios

Este estudo enquadrou-se como pesquisa de campo, quando o pesquisador coleta dados junto a pessoa (objeto de estudo) através de métodos científicos, somando às pesquisas bibliográficas, visando compreender e conhecer acerca da problemática estudada através das informações adquiridas. Sobre pesquisa de campo, Lakatos afirma que:

“Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS, 2003, p. 186).

2.4 Universo

O universo de estudo foram os acadêmicos de Administração do Instituto de Natureza e Cultura / Universidade Federal do Amazonas, sendo analisados as influências socioeconômicas no processo de escolha de curso, buscando uma compreensão de como essas influências ocorrem, e determinar a partir da coleta de dados quais são os principais fatores influentes na decisão dos acadêmicos.

2.5 Amostragem

Realizou-se uma amostragem não probabilística, que consiste em selecionar uma parcela do universo (população) para estudá-la. De acordo com Malhorta (2001), a amostragem não probabilística confia no julgamento pessoal do pesquisador e não na chance

de selecionar os elementos amostrais. O pesquisador pode, arbitrária ou conscientemente, decidir quais serão os elementos a serem incluídos na amostra.

Dessa forma, pretendeu-se entrevistar o maior número de alunos atualmente matriculados no curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura, proporcionando resultados satisfatórios para compreensão de como funciona a tomada de decisões tendo a influência socioeconômica como principal fator.

2.6 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada pela aplicação de questionário através da ferramenta científica Google Forms contendo perguntas fechadas.

Segundo Cervo e Bervian, o questionário:

“[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 48)”.

De forma idêntica, Marconi e Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e compreensão das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado.

Dessa forma, o questionário foi criado na ferramenta científica de gerenciamento de pesquisas Google Forms, enviado diretamente da plataforma a 100 e-mails de alunos, em seguida foi gerado link (<https://forms.gle/99VsvcVuPq1nWHSs5>) e compartilhado no privado e em grupos do Whatsapp. No total, foram respondidos 32 (trinta e dois) questionários.

Após a coleta dos dados, foi utilizado o Microsoft Excel para fazer toda tabulação e análise dos mesmos.

TÓPICO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste tópico apresentaremos os resultados obtidos em campo, analisaremos e discutiremos os dados sem alterar a veracidade dos participantes da pesquisa.

3.1 O curso de administração do Instituto de Natureza e Cultura

Neste subtópico em particular, foi realizado uma pesquisa documental para identificar o histórico do Curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura conforme dados que constam no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração – PPC/2010.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra a educação como um direito social, o primeiro na ordem dos direitos sociais que presumem a igualdade entre todos os brasileiros. A primazia da educação nesta nova ordem (política, cultural, social) histórica afirma a universalização da educação como direito social a cada cidadão, visando o modo de desenvolvimento excludente, o qual produzia a apartheid social que legitimava a seletividade brutal, cuja consequência era o impedimento a milhões de brasileiros de ter acesso à educação escolar e permanência na escola formal para aprender, educar-se e prosseguir/progredir em seus estudos posteriores.

A Lei Federal nº 4.069-A, de 12 junho de 1962, cria a Fundação Universidade do Amazonas. Pelo Decreto nº 53.699 de 13 de março de 1964, fica instituída a Fundação Universidade do Amazonas e aprovado o seu estatuto de funcionamento. Mais de um ano depois, em setembro de 1965, o Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas – Professor Saul Benchimol – encaminha o processo nº 26/65 ao Conselho Universitário, solicitando o funcionamento do Curso de Administração. Em assembleia de 17 de novembro de 1965, o pedido foi aprovado pelo Conselho que teve como relator o Professor Orígenes Angelito Martins, sendo oficializado através da resolução nº 09/65, de 20 de novembro de 1965. O campus passou a funcionar em 2006, oferecendo os cursos de Graduação em Licenciatura: Letras, Ciências Agrárias, Pedagogia, Biologia e Química, Artes Visuais (PARFOR); e os cursos de Graduação em Bacharel: Administração e Antropologia.

Buscando o desenvolvimento regional e consciente da sua importância para tal, a Universidade Federal do Amazonas, através do programa norte de interiorização, buscou interiorizar suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o Conselho Universitário criou, através da resolução nº 024/2005/CONSUNI de 25 de novembro de 2005, o Campus Universitário do Polo Alto Solimões, sediado no Município de Benjamin Constant. No

mesmo dia, pela resolução nº 027/2005/CONSUNI foi criada a Unidade Acadêmica Permanente de Benjamin Constant, que posteriormente foi denominada, conforme resolução nº 027/2006/CONSUNI de 26 de outubro de 2006, de Instituto de Natureza e Cultura.

O curso de Graduação em Administração de Benjamin Constant da Universidade Federal do Amazonas deve ensinar, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacional, como perfil desejado do formando, captação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Buscando delinear o perfil do Administrador que a UFAM pretende formar, em consonância com os objetivos do curso e com o perfil nacional estabelecido pelas Diretrizes Curriculares, delinear-se um perfil para o futuro administrador a ser formado com base em sólida formação técnico-científica, fundada em valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional, com visão crítica e estratégica, apto para:

- a. Atuar profissionalmente nas organizações, além de desenvolver atividades técnico-científicas próprias do administrador;
- b. Analisar criticamente as organizações, identificando oportunidades, antecipando e promovendo suas transformações;
- c. Trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- d. Atuar de forma criativa e empreendedora;
- e. Compreender a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança;
- f. Perceber a importância dos processos e sistemas de gestão, tomar decisões e resolver problemas no âmbito da Administração, com base em parâmetros relevantes para a sociedade e para a promoção da qualidade de vida da população;
- g. Compreender a ciência da Administração de forma generalista, mas, entendendo a necessidade da aplicação de cada especialidade em seu contexto apropriado.

O curso de Administração da UFAM tem como visão “proporcionar um conjunto de conhecimentos técnicos e científicos, de atitudes e habilidades que sirvam de suporte à formação e à orientação de futuros gestores de organizações, visando à construção permanente da democracia e da justiça social e a promoção do desenvolvimento e da transformação da sociedade”.

Como finalidades do curso, de acordo com sua concepção, tem:

- a. Ampliar a oferta pública e gratuita de oportunidades educacionais de nível superior em Administração, contribuindo para a formação de profissionais voltados para o atendimento à demanda social nesse campo de atividade;
- b. Formar, instruir e educar pessoas que, como integrantes do mercado de trabalho, sejam capazes de desenvolver atividades ligadas à administração, como profissionais liberais, empresários, ou ainda como membros de organizações públicas, empresariais e do terceiro setor;
- c. Propiciar ao futuro bacharel em Administração uma visão sistêmica e generalista do embasamento técnico para proceder na gestão dos sistemas organizacionais, de forma a produzir resultados relevantes em termos de qualidade, produtividade e melhoria das condições de vida humana.

O objetivo geral do curso de Administração é: “formar profissionais capacitados para exercerem nos vários campos organizacionais as atividades correlatas à área de administração, comprometidos com o interesse público, capazes de contribuir com seus conhecimentos capacidade e experiência na gestão de sistemas administrativos”.

Como objetivo específicos tem:

- Construir habilidades profissionais para o planejamento e oferta de produtos e serviços na área administrativa dentro de parâmetros que atendam a requisitos de produtividade e qualidade;
- Habilitar pessoal para a atuação nas áreas pública, privada e do terceiro setor, desenvolvendo seu trabalho, com competência e respeito às diferenciações dos usuários e clientes;
- Oferecer oportunidade aos alunos de colocarem em prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula, através da convivência diária com questões administrativas seja nas atividades de estágio supervisionado ou em atividades complementares;
- Elaborar projetos de pesquisa e intervenção, que levem em conta o aspecto estético e as características específicas do curso.

O curso de Graduação em Administração – Gestão Organizacional tem carga horaria total de 3.210 horas aulas, correspondendo a 190 créditos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Carga horária do curso de Graduação em Administração – Gestão Organizacional.

Conteúdos de formação básica	780h	52 créditos
------------------------------	------	-------------

Conteúdos de formação profissional	1.335h	84 créditos
Conteúdos de estudos quantitativos	375h	24 créditos
Conteúdos de formação complementar optativas	240h	16 créditos
Estágio curricular supervisionado	300h	10 créditos
Trabalho de conclusão de curso	60h	04 créditos
Atividades complementares	120h	-
Total geral	3.210h	190 créditos

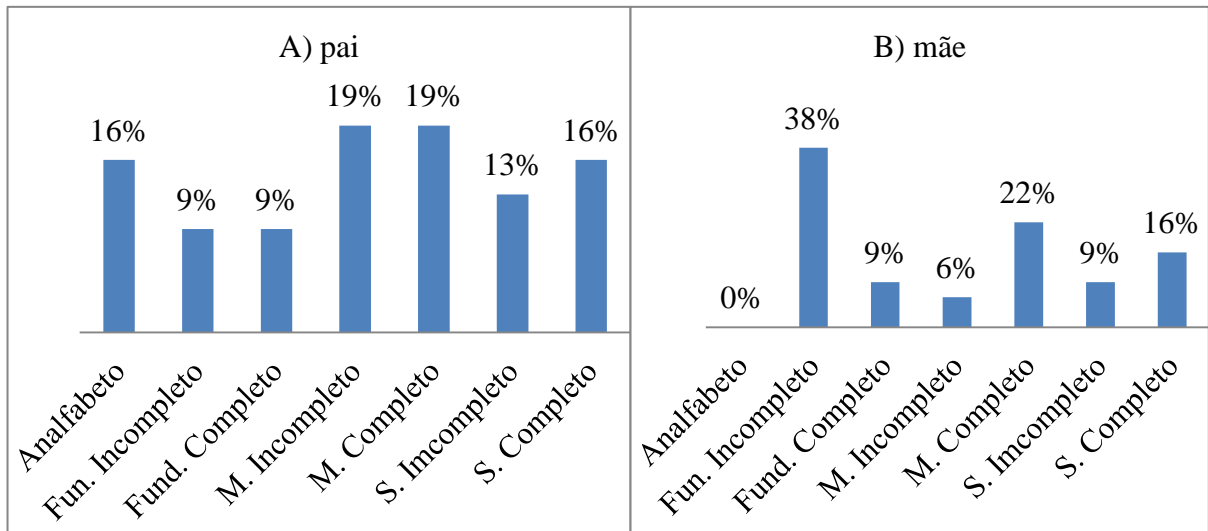
Fonte: PPC de Bacharelado em Administração (2010)

As formas de ingresso ao Curso de Graduação em Administração – Gestão Organizacional do Instituto de Natureza e Cultura se dá por meio da prestação de processos seletivos do ENEM e PSC, correspondendo 50% das vagas para ambas. O prazo mínimo para conclusão são 8 semestres e o máximo são 14, o que equivale a 4 e 7 anos respectivamente. Uma vez cumprida todas as horas exigidas pelo curso, o aluno obtém título de Bacharel em Administração.

Segundo o coordenador do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto de Natureza e Cultura / Universidade Federal do Amazonas – INC/UFAM, Prof. M. Sc. Antônio Wagner Almeida Olavo, desde o início da oferta do curso, estimasse que 230 alunos tenham obtido o certificado de bacharel. Atualmente, sem evasão, há 224 alunos devidamente matriculados no Curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura.

3.2 Perfil socioeconômico dos acadêmicos

Através, então, do questionário aplicado, é possível caracterizar o nível de escolaridade dos pais dos alunos matriculados no curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM. Conforme demonstra o gráfico 1, painel A, dos homens (pais de alunos), 19% não possui o Ensino Médio Completo, equivalente ao mesmo número dos que possuem Ensino Médio Completo; 16% são analfabetos, a mesma quantidade possui superior completo; 13% possuem Superior Incompleto; 9% não possui Ensino Fundamental Completo, quantidade equivalente aos que possuem Ensino Fundamental Completo, como demonstra o Gráfico 1

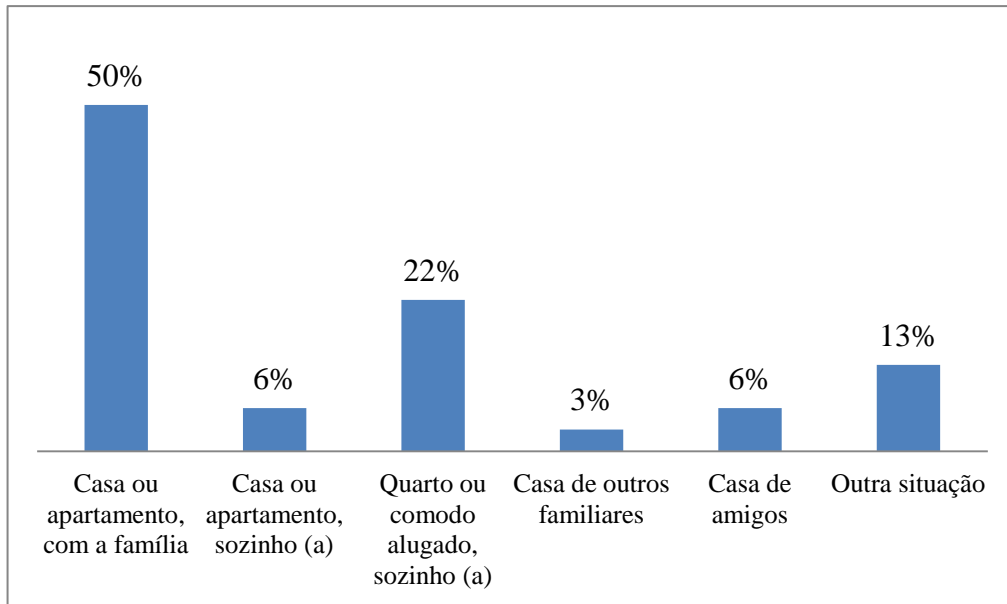
Gráfico 1: Nível de escolaridade dos pais: A) pai; B) mãe.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Por outro lado, o painel B mostra que nenhuma mulher (mães de alunos) são analfabetas; 38% possui Fundamental Incompleto; 22% possui o Ensino Médio Completo; 16% possui Superior Completo; 9% possui Fundamental Completo, a mesma quantidade possui Superior Incompleto; 6% possui o Ensino Médio Incompleto.

Levando em consideração que não há mães analfabetas, pode-se afirmar, nesses termos, que as mães dos alunos possuem nível de escolaridade mais elevado que os pais. No entanto, se medirmos o nível de escolaridade a partir do ensino médio completo, teremos unanimidade no resultado, correspondendo a 47% respectivamente de ambos os sexos.

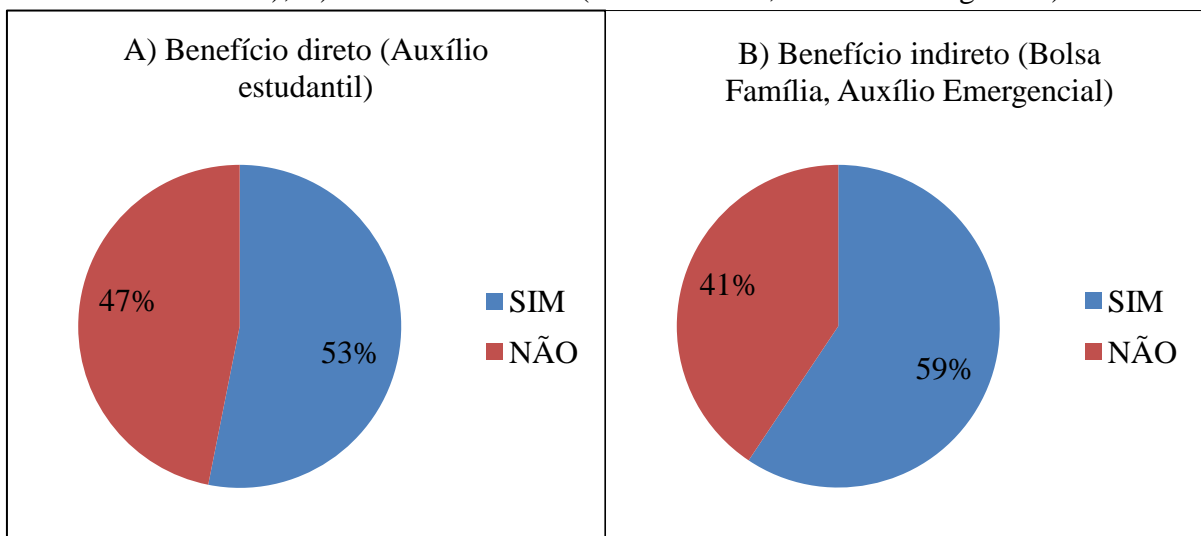
Quanto a moradia dos acadêmicos, o Gráfico 2 demonstra que 50% dos entrevistados moram em casa ou apartamento com a família; 22% residem em quarto ou apartamento alugado, sozinho(a); 6% moram em casa ou apartamento sozinho(a), quantidade equivalente aos que moram em casa de amigos; 3% residem na casa de outros familiares e; 13% moram em outra situação não informada.

Gráfico 2: Situação de moradia atualmente.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com o Gráfico 3 – painel A e B, que representa se o aluno recebe algum benefício do Governo de forma direta (auxílio estudantil fornecido pela UFAM) ou indireta (Bolsa família, Auxílio Emergencial – através do Cadastro Único dos pais), identifica-se que mais da metade dos entrevistados é beneficiado em ambas as situações.

Gráfico 3: Benefício social (auxílio estudantil) fornecido pela UFAM. Benefício social fornecido pelo Governo (Bolsa Família, Auxílio Emergencial): A) Benefício direto (Auxílio estudantil); B) Benefício indireto (Bolsa Família, Auxílio Emergencial).

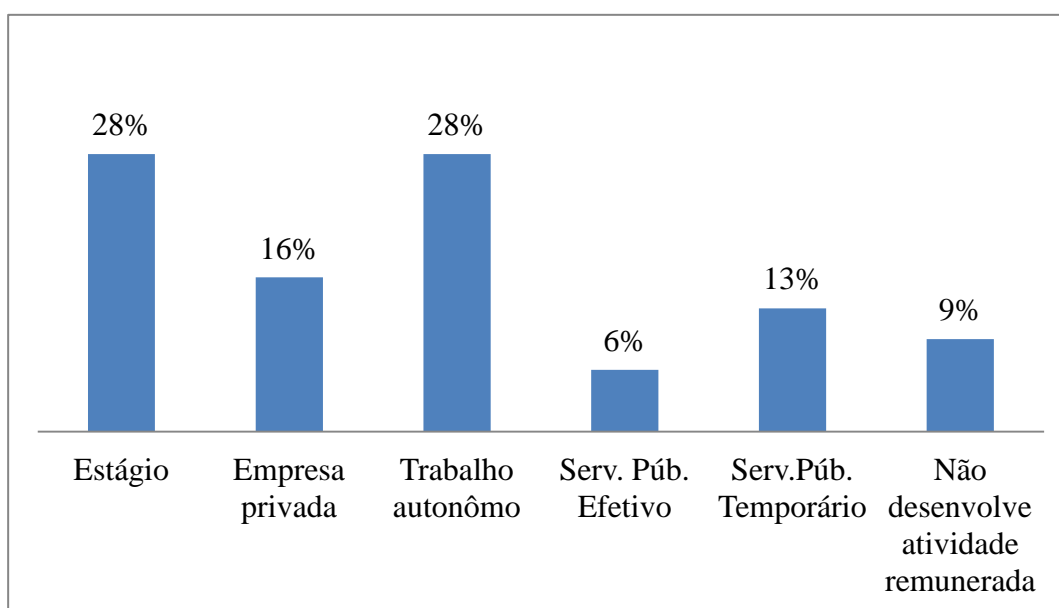


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os que recebem benefício social (auxílio estudantil) fornecido pela UFAM, gráfico 3 – painel A, correspondem a 53% dos entrevistados; já os que recebem benefício do governo de forma indireta (benefício fornecido pelo Governo às famílias carentes através de programas como o Bolsa Família e Auxílio Emergencial) correspondem a 59% dos alunos entrevistados, gráfico 3 – painel B. Por outro lado, alunos que não recebem nenhum tipo de auxílio correspondem a 47% e 41% dos entrevistados respectivamente. Sabe-se que o benefício social fornecido pela UFAM contempla alunos que possuem e provem ter baixa renda, o que torna plausível afirmar que os mesmos alunos e/ou sua família recebem Bolsa Família/Auxílio Emergencial.

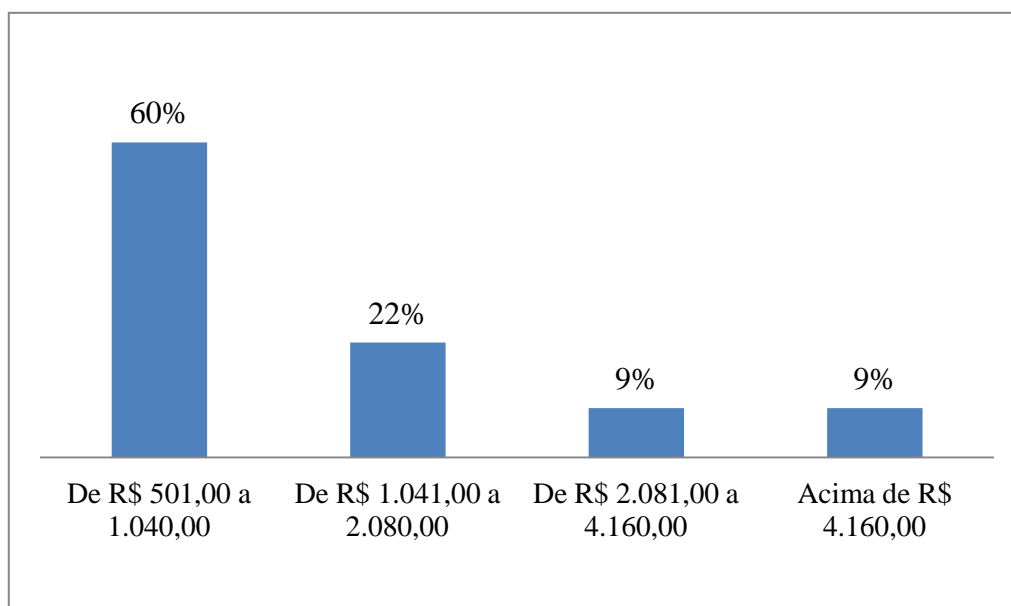
Conforme observa-se no Gráfico 4, em relação aos acadêmicos que exercem alguma atividade remunerada e o vínculo que possuem, 28% são estagiários, a mesma quantidade desenvolve trabalhos de maneira autônoma; 16% possuem vínculo com empresas privadas; 13% prestam serviço público com vínculo temporário; 6% prestam serviço com vínculo efetivo no setor público; 9% não desenvolve atividade remunerada.

Gráfico 4: Atividade remunerada/vínculo.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto a renda familiar dos alunos é possível observar, através do questionário socioeconômico aplicado, que 60% dos entrevistados possui renda igual ou inferior a um salário mínimo; 22% possuem renda de 1 a 2 salários; 9% possuem renda de 2 a 4 salários, quantidade equivalente aos que possuem acima de 4 salários, como fica demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 5: Renda familiar.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Desta forma, pôde-se avaliar o perfil socioeconômico dos alunos de Administração do Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM, pode ser definido, de acordo com as informações obtidas no questionário:

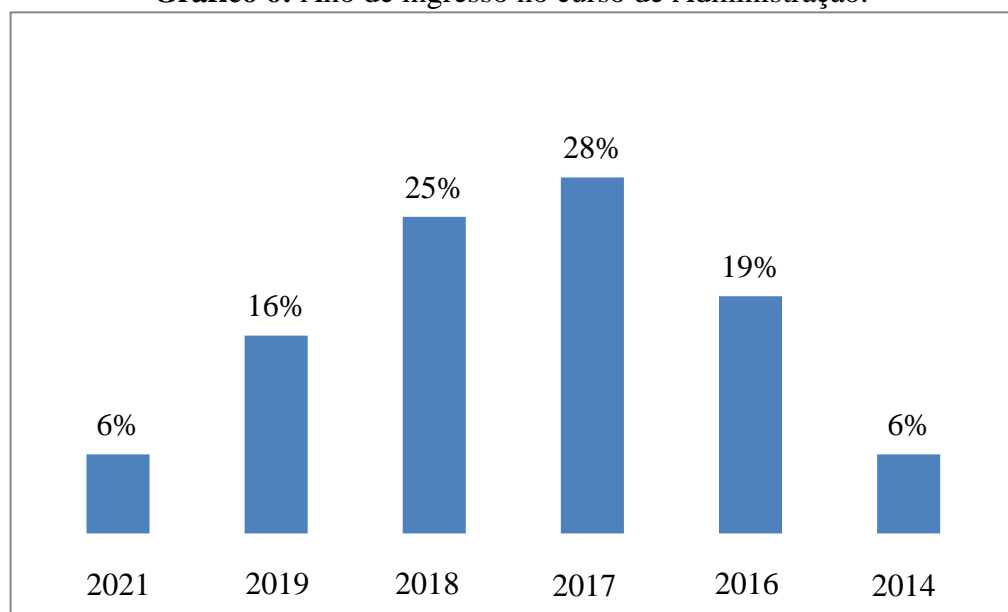
- Pais (mãe e pai) com nível de escolaridade prevalente abaixo do ensino médio 53%;
- Maioria dos alunos reside em casa ou apartamento com a família 50%;
- Mais da metade recebe benefício social (auxílio estudantil) fornecido pela UFAM e benefícios sociais fornecido pelo Governo (Bolsa Família, Auxílio Emergencial) 53% e 59% respectivamente;
- 56% desenvolvem atividade remunerada com vínculo de estágio e trabalho autônomo;
- Renda familiar predominante entre R\$ 501,00 a 1.040,00 representada por 60% das famílias.

3.2 Fatores que influenciam no processo de escolha do curso de administração do Instituto de Natureza e Cultura

Como demonstra o Gráfico 6, observa-se que o número predominante de alunos que participaram da pesquisa ingressaram no ano de 2017, 28%; seguido de 2018 com o

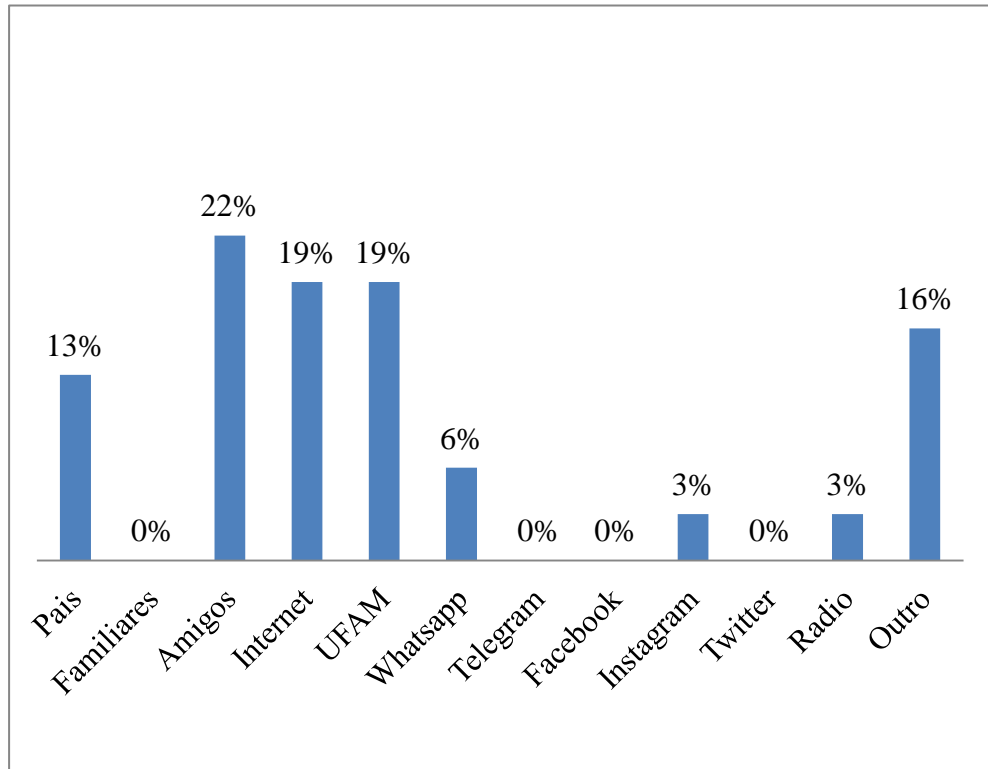
equivalente a 25%. Com menor predominância entre os participantes foram os que ingressaram em 2021 e 2014 representado por 6% respectivamente.

Gráfico 6: Ano de ingresso no curso de Administração.



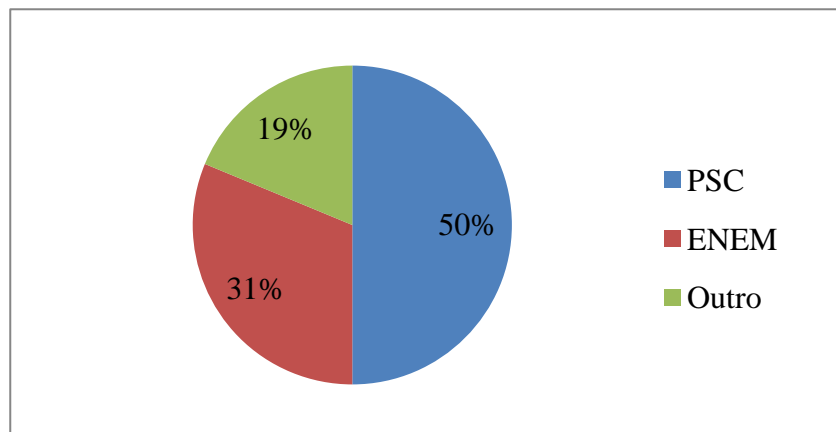
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A maioria dos alunos ficou sabendo da oferta do curso de Administração através de amigos 22%, seguido pelos que tomaram conhecimento por meio da Internet e pelos canais de comunicação/divulgação da UFAM, 19% respectivamente; 13% ficaram sabendo pelos pais; 6% através do mensageiro Whatsapp; os que souberam através do Telegram e Rádio correspondem a 3% respectivamente e; 16% tiveram conhecimento por outro meio não identificado. Nenhum dos alunos ficou sabendo do curso através de familiares (avós, tios, primos), Telegram, Facebook e Twtter, como demonstra o Gráfico 7.

Gráfico 7: Como os alunos ficaram sabendo do curso de Administração.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

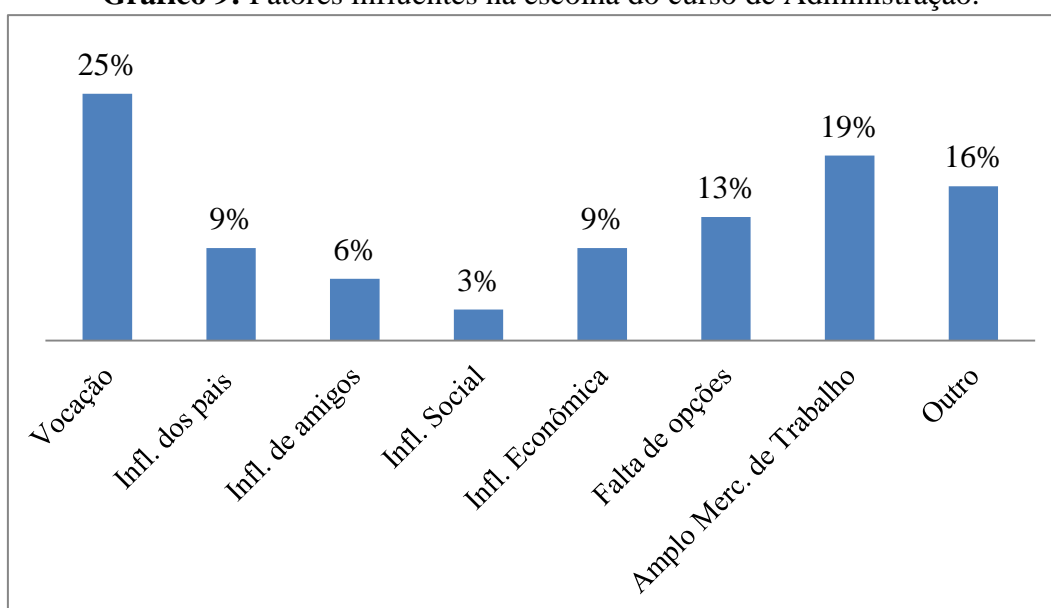
O principal meio de ingresso dos alunos participantes da pesquisa no curso de Administração ocorreu pelo Processo Seletivo Contínuo-PSC 50%; o segundo que mais permitiu acesso foi o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM 31%; também foram identificados alunos que ingressaram por outro processo, que corresponde ao Processo Seletivo Macro Verão 19%, como demonstra o Gráfico 8.

Gráfico 8: Processos de ingresso no curso de Administração.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como demonstra o gráfico 9, quanto à escolha do curso de Administração, 25% alegaram ter escolhido o cursar de Administração por vocação própria; 19% pelo amplo mercado de trabalho; 13% por falta de opções de curso; por influência dos pais 9%, quantidade equivalente aos que escolheram o curso por influência econômica; 6% por influência de amigos; 3% por influência social e; 16% escolheram o curso por outro motivo não identificado.

Gráfico 9: Fatores influentes na escolha do curso de Administração.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Portanto, pôde-se determinar os fatores que influenciam com maior predominância no processo de escolha de curso do Instituto de Natureza e Cultura, sendo:

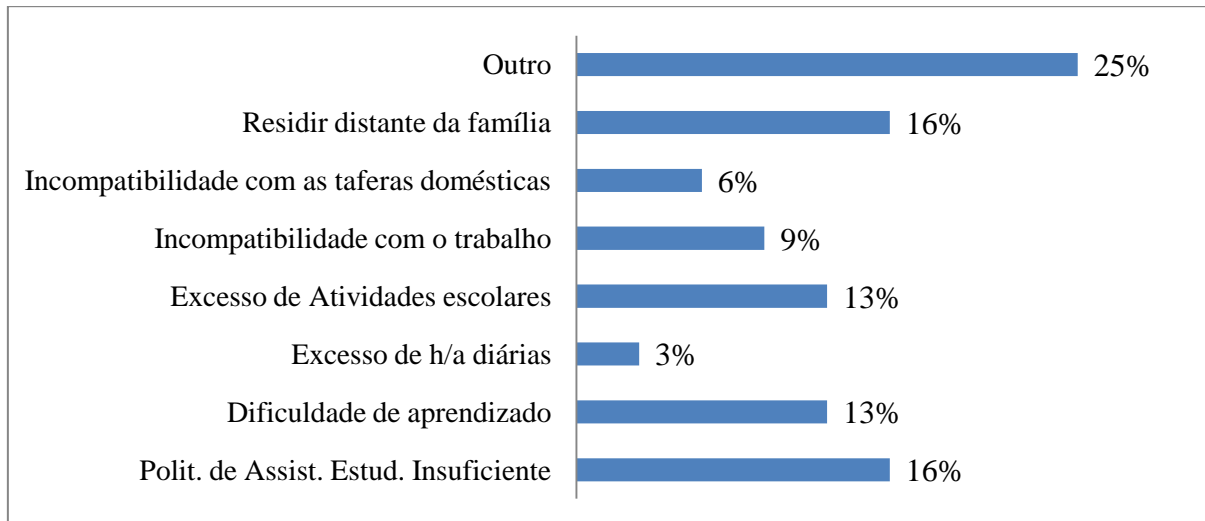
- Vocação própria;
- Amplo mercado de trabalho;
- Falta de opções de curso oferecido pelo INC;

3.3 Dificuldades percebidas pelos acadêmicos para cursar administração no Instituto de Natureza e Cultura

Em relação as principais dificuldades para cursar Administração, como demonstra o Gráfico 10, 16% dos alunos entrevistados acreditam ser a política de assistência estudantil insuficiente (bolsas, auxílios, etc), quantidade equivalente aos que afirmam ser residir distante da família; 13% afirma ser o excesso de atividades escolares, mesmo percentual para os que

dizem ser a dificuldade de aprendizado do conteúdo das disciplinas; 9% reconhece ser a incompatibilidade de horário com o trabalho; 6% diz ser a incompatibilidade com as tarefas domésticas (filhos, cuidar da casa, etc.); 3% alega ser o excesso de horas/aulas diárias e; 25% alega ser outra dificuldade não identificada.

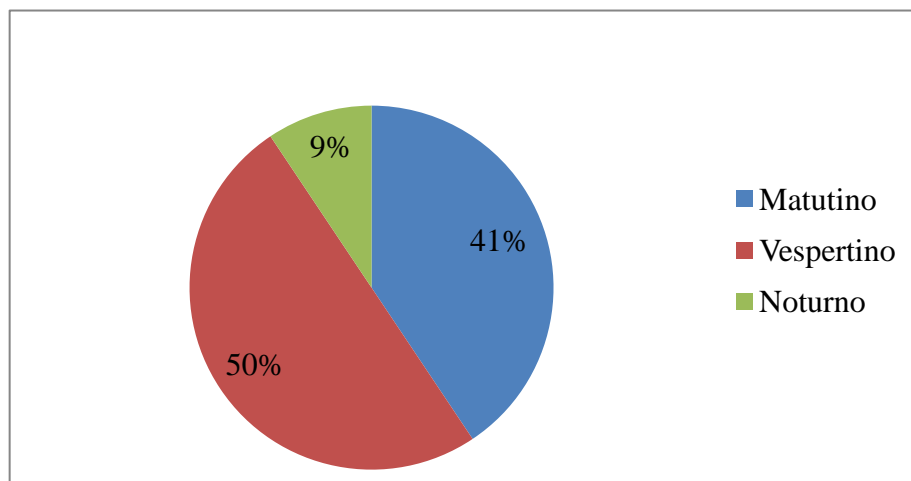
Gráfico 10: Principais dificuldades para cursar administração no INC.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No gráfico 11, onde é apresentado o turno com maior dificuldade para cursar Administração no INC é possível observar que a metade dos alunos que participaram da pesquisa tem dificuldade no turno vespertino 50%; no período matutino são 41% dos acadêmicos e; 9% no turno da noite.

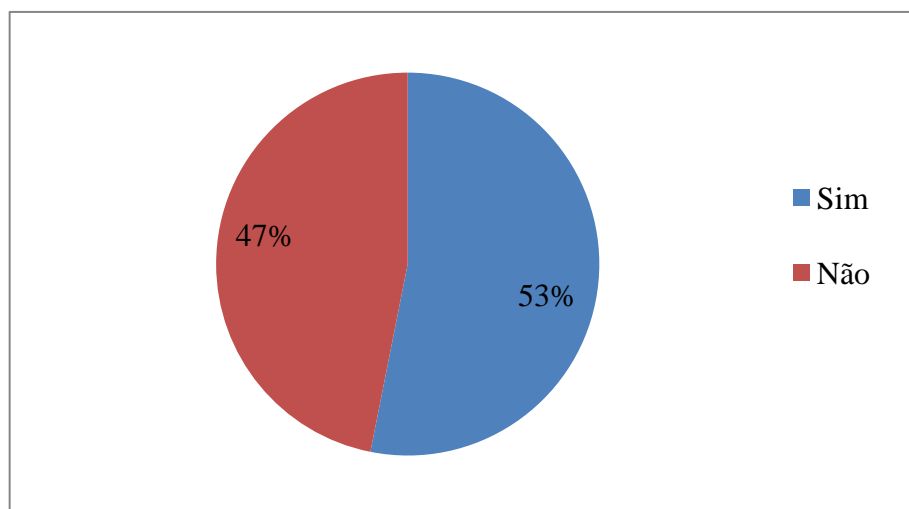
Gráfico 11: Turno de aula que os alunos apresentam mais dificuldade para cursar administração no INC.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação aos acadêmicos terem perdido alguma oportunidade de estágio/trabalho devido à incompatibilidade de horários com as aulas da Universidade, 47% afirmaram que sim; 53% não perderam nenhuma oportunidade. Gráfico 12.

Gráfico 12: Oportunidade de estágio/trabalho perdido devido à incompatibilidade de horários com as aulas da Universidade.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ainda foi pesquisado sobre as áreas de conhecimento que os alunos apresentam mais dificuldade de aprendizado. Dessa forma, as áreas de conhecimento com maior dificuldade de aprendizado são: Ciências Exatas e da Terra; Engenharias e; Linguística, Letras e Artes. Quanto às áreas de conhecimento com menor dificuldade de aprendizado pelos acadêmicos são: Ciências Biológicas e; Ciências Sociais Aplicadas.

Desta forma, pôde-se identificar as principais dificuldades percebidas pelos acadêmicos para cursar Administração no INC, sendo:

- Política de assistência estudantil insuficiente (bolsas, auxílios, etc.);
- Residir distante da família;
- Estudar no turno vespertino;
- Perda de oportunidade de estágio/trabalho devido à incompatibilidade de Horários com as aulas;
- Dificuldades no aprendizado em áreas de engenharias.

Ressalta-se que além destes fatores, observou-se que existem dificuldades que esta pesquisa não conseguiu identificar com precisão, conforme fica demonstrado no Gráfico 10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência socioeconômica é um fator que qualquer sociedade/indivíduo enfrenta no decorrer das tomadas de decisões, principalmente em países ou grupos sociais com maior dificuldade econômica. Dessa forma, nossa realidade local não foge a essa verdade vivida pela maioria dos brasileiros, tendo que tomar decisões embasadas nas condições financeiras cabíveis às famílias e da realidade inserida.

Diante do exposto, o presente trabalho realizado com os acadêmicos do curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura-INC / UFAM, demonstra que mais da metade dos participantes da pesquisa provém de rendas familiares entre meio e um salário, o que implica diretamente na escolha do curso de Administração. A renda familiar pode ser justificada pelo nível de escolaridade dos pais que corresponde a mais da metade que não possuem escolaridade alguma até os que possuem nível médio completo. Apesar da renda familiar considerável baixa, metade dos alunos participantes da pesquisa mora em casa ou apartamento próprio com a família. Mais da metade, 91% para ser mais exato, desenvolve alguma atividade remunerada, o que implica dizer que contribuem de forma direta ou indireta na renda familiar.

Quanto ao período/ano de ingresso na Universidade há predominância dos alunos participantes que ingressaram no ano de 2018, no entanto, o que mais chamou atenção, mesmo em menor número, foi a participação de acadêmicos que ingressaram no ano de 2014, mostrando que existem alunos próximo do prazo máximo estipulado pela Instituição de Ensino para concluir o curso, 7 anos. Tendo em vista esses dados, sugere-se ao INC um estudo que busque compreender os motivos do não cumprimento do prazo mínimo para conclusão do curso e saber a real quantidade dos alunos que se encontram nessa situação, sugestão esta para ser realizada em todos os cursos ofertados.

O principal critério ou fator levado em consideração pelos acadêmicos do INC para escolha do curso de Administração é a vocação própria e o amplo mercado de trabalho que o curso oferece. Por outro lado, uma pequena parcela dos alunos estariam cursando outro curso em outra Instituição de Ensino Superior Pública ou Privada se tivessem condições financeiras suficiente para tais custos.

As principais dificuldades percebidas pelos acadêmicos participantes da pesquisa para cursar administração no Instituto de Natureza e Cultura-INC / UFAM se dão devido às política de assistência estudantil insuficiente (bolsas, auxílios, etc.) fornecidas pela UFAM, ter que residir distante da família para poder estudar, aulas ministradas no turno vespertino, perda

de oportunidades de estágio/trabalho devido à incompatibilidade de horários com as aulas, aprendizado nas áreas de conhecimento das Ciências Exatas e da Terra, aprendizado na área de conhecimento de Engenharias. Além destas, os participantes alegaram ter outras dificuldades, no entanto, estas não foram identificadas. Dessa forma, sugere-se um estudo para futuros pesquisadores mais a fundo em relação a essas dificuldades específicas que os alunos possuem.

Por fim, as dificuldades encontradas para realização deste trabalho foi o curto período de tempo disponível para sua realização, pouca participação do público alvo devido a maioria não possuir internet para responder o questionário aplicado via ferramenta científica Google Forms. Dessa forma, como sugestão final para pesquisadores futuros, sugere-se um estudo minucioso em relação ao tema abordado com aplicação da pesquisa em campo de maneira presencial, somente dessa maneira será possível alcançar o maior número de alunos.

REFERÊNCIAS

- ABE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **O Problema Universitário Brasileiro**. Rio de Janeiro: *Encadernadora S. A.* 1929.
- AKTOUF, O. **Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança**. Revista Organizações e Sociedade. Salvador. v. 12, n. 35, 2005.
- ALMEIDA, F. H.; MELO-SILVA, L. L. **Influência dos pais no processo de escolha profissional dos filhos: uma revisão de literatura**. Psico-USF, v. 16, n. 1, p. 78-85, 2011.
- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. **Os estudantes universitários: Sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial**. Em E. Mercuri & S. A. J. Polydoro, (Orgs), *Estudante universitário: Características e experiências de formação*. Taubaté: Cabral, 2004.
- AMARAL, I. G. **Carreira, mercado de trabalho e as lições de “DonAna” no processo de ensino-aprendizagem e pesquisa em Administração**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM, v. 11, n. 1, 2012.
- ANDIFES; FONAPRACE. **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES**, 2018.
- ANTONIONI, P.; FLYNN, S. M. **Economia para leigos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: *Atlas*, 2012.
- ARNETT, J. J. Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0033291713001943>. Acesso em: 29/08/2021.
- BARDAGI, M. P. **Autoconceito, auto-eficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes**. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 15, n. 1, p. 41-56, mar. 2007.
- BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- BOGDAN, R. S.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12. ed. Porto: Porto, 2003.
- BORBA, G. et al. **Praticando o que ensinamos: Inovação na oferta do curso de graduação em administração** – Gestão para inovação e Liderança da UNISINOS. XXVII – ENANPAD, Curitiba, 2005.
- BRUNO, T. I. B.; SORBELLO, M. C. B. **Escolha profissional: realidade das escolas públicas e privadas**. Pensamento Plural. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 10, n. 2, p. 33-41, 2008.
- CAMPOS, F. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. Ministério da Educação e Saúde Pública. *Organização Universitária Brasileira*. Decretos nº 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- CAVAZOTTE, F. S. C. N. et al. **Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais**. Cadernos EBAPE – BR, v. 10, n. 1, 2012.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHANLAT, J. F. **Quais carreiras e para qual sociedade?** Revista de Administração de Empresas, v. 36, n. 1, p. 13-20, 1996.

CHERQUES, H. R. T. **O trabalho individualizado: da venda à dádiva.** Revista de Administração Pública, v. 41, n. 4, 2007.

COELHO, F. S. de. Revisitando as Origens do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil. *In* Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD – EnANPAG/ANPAD, Salvador. Set, 2008.

COELHO, F. S. de. **Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público: um estudo sobre Administração Pública – em nível de graduação – no Brasil.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2488/86594.pdf?sequence=2>. Acesso em: 30/08/2021.

CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CRAIDE, A. et al. **Administração Política versus Administração Profissional: analisando o campo de conhecimento do ensino superior de Administração.** Revista Brasileira de Administração Política, v. 2, n. 1, 2009.

EICHEVERRIA, I. **O profissional da contabilidade e o mercado de trabalho.** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 122, p. 87-91, mar./abr. 2000.

FÁVERO, M. L. A. **Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço.** In: MOROSINI, M. C. (Org) *Universidade no Mercosul.* São Paulo, Cortez, 2000.

FINATTI, B. E. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL –Indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil.** Juiz de Fora: *Libertas*, v.2, n.1, p. 188-206, 2007.

FISCHER, T. **O Ensino de Administração Pública no Brasil, as ideias de desenvolvimento e as dimensões da racionalidade.** Tese de Doutorado. Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

FISCHER, T. **Depoimentos sobre as Trajetórias da Qualificação para a Administração Pública no Brasil e Itinerários Baianos.** *In* Gestão Pública: a trajetória da função administração no Estado da Bahia. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães, n. 6, Salvador, 2003.

FONTENELLE, I. A. **A auto-gestão de carreira chega à escola de administração: O humano se tornou capital?** Rev. Organizações & Sociedade, v. 14, n. 43, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREMAUD, Amaury P; VASCONCELLOS, Marco. A. S. de; JÚNIOR, Rudinei T. **Economia brasileira contemporânea.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GRIGNON, C.; GRUEL, L. *La vie étudiante.* Paris: Press Universitaires de France, 1999.

HERSI, L. et al. Mental distress and associated factors among undergraduate students at the University of Hargeisa, Somaliland: a cross-sectional study. *International Journal of Mental Health Systems*, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Demografia das empresas 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resumo Técnico: censo da educação superior de 2011 e 2012**. Brasília-DF. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2011.pdf. Acesso em: 01/09/2021.

IBRAHIM, A. K. et al. A systematic creview of studies of depression prevalence in university students. *Journal of Psychiatric Research*, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2012.11.015>. Acesso em: 28/08/2021.

JOHNSTON, L. D. et al. Monitoring the Future national survey results on drug use. *College students and adults ages*. v. 2, 2016.

LACERDA, J. R.; REIS, S. M.; SANTOS, N. A. **Os fatores extrínsecos e intrínsecos que motivam os alunos na escolha e na permanência no curso de Ciências Contábeis: um estudo da percepção dos discentes numa universidade pública**. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 27, n. 1, p. 67-81, jan./abr. 2008.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMONS, A. H. et al. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências**. Cadernos EBAPE – BR, v. 7, n. 2, 2009.

LIPSON, S. K. et al. Major Differences: Varations in Undergraduate and Graduate Student Mental Health and Treatment Utilization Across Academic Disciplines. *Journal of Colegge Student Psychotherapy*, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/87568225.2016.1105657>. Acesso em: 30/08/2021.

MALHORTA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, P. E. M. **Repensando a formação do administrador brasileiro**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, 1997.

MENDES, T.; AZEVEDO, J. H. **O administrador do século XXI**. Revista Brasileira de Administração, v. 21, n. 86, 2012.

MICHELOTTO, M. R. **UFPR: Uma universidade para a classe média**. In: MOROSINI, M. C. (Org) *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília-DF, 2006.

MOACYR, P. **A Instrução e o Império: Subsídios para a história da educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937.

MOREIRA, F. M. et al. **Os alunos de administração estão em sintonia com o mercado de trabalho?** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 19, n. 1, 2014.

MOREIRA, J. R. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: CLAPS, 1960.

MORTIER, P. et al. Suicidal thoughts and behaviors among college students and sameaged peers: Results from the World Heallth Organization World Mental Health Surveys. *Social Psychiatry and*

Psychiatric Epidemiology, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00127-018-1481-6>. Acesso em: 01/09/2021.

MOURA, R. R. de; POSSATO, S. **As dificuldades de inserção no mercado de trabalho e suas repercussões na vida dos jovens: apontamentos a partir de uma experiência em comunidade periférica de Ponta Grossa-PR.** Revista Eleuthera, v. 7, p. 193-220, 2012.

MOURA, C. B.; SILVEIRA, J. M. **Orientação profissional sob o enfoque da análise do comportamento: avaliação de uma experiência.** Revista Estudos de Psicologia, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2002.

MYBURGH, J. E. **An empirical analysis of career choice factors that influence first-year Accounting students at the University of Pretoria: a cross-racial study.** Meditari Accountancy Research, v. 13, n. 2, p. 35-48, 2005.

NICOLINI, A. M. **Qual será o futuro das fábricas de administradores?** In Fórum Educação em Administração, Revista de Administração de Empresas – ERA, São Paulo, v. 43, n. 2, 2003.

NICOLINI, A. M. **O futuro administrador pela lente das novas Diretrizes Curriculares: cabeças “bem-feitas” ou “bem-cheias”?** In XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD. Salvador, Set. 2002.

NUNES, M. F. O.; NORONHA, A. P. P. **Modelo sócio-cognitivo para a escolha de carreira: o papel de auto-eficácia e de outras variáveis relevantes.** Educação Temática Digital, Campinas, v. 10, n. esp. p. 16-35, out. 2009.

PAES DE PAULA, A. P. **Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais Críticos.** RAP – Rio de Janeiro, 2008.

PAIM, A. **A busca de um modelo universitário.** In: SCHWARTZMAN, S. (Org). *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro.* Brasília-DF: CNPq, 1982.

PANUCCI-FILHO, L. et al. **Dificuldades e perspectivas dos estudantes de Ciências Contábeis da universidade federal do Paraná segundo o perfil socioeducacional.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 7, n. 1, p. 20-34, jan./fev./mar. 2013.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. *Princípios de economia.* 6. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PEDRELLI, P. et al. **College Students: Mental Health Problems and Treatment Considerations.** *Academic Psychiatry.* 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40596-014-0205-9>. Acesso em: 01/09/2021.

PIZZINATTO, N. K. **Ensino de administração e o perfil do administrador: contexto nacional e o curso de Administração da UNIMEP.** Rev. Impulso, v. 11, n. 26, 1999.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Entenda a economia do Brasil, seu contexto, atualidades e perspectiva.** Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/economia/>. Acesso em: 28/08/2021.

PORTES, E. A. **Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG.** R. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, 2006.

PRESTES MOTTA, F. **A questão da formação do Administrador.** Revista de Administração, São Paulo, v. 23, n. 4, 1983.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO – PPC. Instituto de Natureza e Cultura - Universidade Federal do Amazonas. Amazonas: Benjamin Constant, 2010.

ROTENSTEIN, L. S. et al. Prevalence of depression, depressive symptoms, and suicidal ideation among medical students a systematic review and meta-analysis. *JAMA – Journal of the American Medical Association*, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jama.2016.17324>. Acesso em: 29/08/2021.

SANTOS, R. S. **Em busca da apreensão de um conceito para Administração Política.** In SANTOS, R. S (org). *A Administração Política como Campo de Conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2004.

SANTOS, L. M. M. **O papel da família é dos pares na escolha profissional.** *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 1, p. 57-66, 2005.

SILVA, M. R da. **Ensino de Administração: um estudo da trajetória curricular de cursos de graduação em Salvador.** Dissertação de Mestrado. Escola de Administração da UFBA. Salvador, 2007.

SILVEIRA, D. S. et al. **Uma metodologia de ensino de lógica aplicada em cursos de ciências humanas.** *Revista de Administração Mackenzie*, v. 10, n. 2, 2009.

SLUTSKE, W. S. Alcohol Use Disorders Among US College Students and Their Non-College-Attending Peers. *Arch gen Psychiatry*, v. 7, p. 62, 2005.

SONTAG, A. C. et al. **Fatores que influenciam a opção pelo curso de Ciências Contábeis.** In: VI SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL, 2007, Cascavel, Anais eletrônicos... Cascavel: UNIOESTE, 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/casa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%20%20-%20Fatores%20que%20influenciam%20a%20op%E7%E3o%20pelo%20curso%20de%20Ci%C3%Aancias%20Cont%C3%A1beis.pdf>>. Acesso em: 26/08/2021.

VALDEBENITO, M. A. B. autoeficacia y vivencias académicas en estudiantes universitarios. *Acta Colombiana de Psicología*, 2017.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. N. **Fundamentos de economia.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VASCONCELOS, T. C. et al. **Prevalência de Sintomas de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina.** *Revista Brasileira de Educação Médica*, 2015.

VICTORIA, M. S. et al. **Níveis de Ansiedade e Depressão em Graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).** *Encontro Revista de Psicologia*, 2013. Disponível em: <https://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/renc/article/view/2447/2345>. Acesso em: 30/08/2021.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. **Teoria Crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista.** In CALDAS, Miguel P. e BERTERO, Carlos O. *TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES*, série ERA – Clássicos. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, 2006.

ZIKMUND, W. G. *Bussines Research Methods*. 6th edition. The Dryden Press, Fort Worth, 2000.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

**TEMA: UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA NO PROCESSO DE
ESCOLHA DE CURSO PELOS ACADÊMICOS DE ADMINISTRAÇÃO DO
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA / UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS**

Este questionário tem como objetivo a coleta de informações para conhecer o perfil socioeconômico e as influências destas no processo de escolha de curso (Administração) dos alunos do INC. Desta forma, as informações obtidas serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos, contribuindo para o desenvolvimento e conclusão do meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Sua participação não é obrigatória, mas ficarei eternamente grato com sua ajuda!

1. Qual o nível de escolaridade dos seus pais?

PAI	MÃE
<input type="checkbox"/> Analfabeto	<input type="checkbox"/> Analfabeto
<input type="checkbox"/> Fund. Incompleto	<input type="checkbox"/> Fund. Incompleto
<input type="checkbox"/> Fund. Completo	<input type="checkbox"/> Fund. Completo
<input type="checkbox"/> Médio Incompleto	<input type="checkbox"/> Médio Incompleto
<input type="checkbox"/> Médio Completo	<input type="checkbox"/> Médio Completo
<input type="checkbox"/> Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Superior Incompleto
<input type="checkbox"/> Superior Completo	<input type="checkbox"/> Superior Completo

2. Onde você mora atualmente?

- Em casa ou apartamento, com minha família
- Em casa ou apartamento, sozinho(a)
- Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a)
- Em casa de outros familiares
- Em casa de amigos
- Outra situação: _____

3. Você recebe algum benefício social (auxílio) estudantil fornecido pela UFAM?

Sim

Não

4. Você desenvolve alguma atividade remunerada, qual vínculo?

Estágio

Empresa privada

Trabalho autônomo

Serviço público efetivo

Serviço público temporário

Não possui vínculo

5. Sua família recebe algum benefício social do Governo? (Bolsa Família, Auxílio Emergencial)?

Sim

Não

6. Qual sua renda familiar?

De R\$ 501,00 a 1.040,00

De R\$ 1.041,00 a 2.080,00

De R\$ 2.081,00 a 4.160,00

Acima de R\$ 4.160,00

7. Em que ano ingressou no curso de Administração?

8. Como ficou sabendo do Curso de Administração?

Através dos pais

Através de outros familiares (avós, tios, primos)

Através de amigos

Através da internet

Através dos canais de comunicação/divulgação da UFAM

Através do WhatsApp

Através do Telegram

- Através do Facebook
- Através do Instagram
- Através do Twitter
- Através de Rádio
- Outros: _____

9. Por qual meio de processo ingressou no curso de Administração?

- PSC
- ENEM
- Outro: _____

10. Quanto à escolha do curso de Administração, se deu por:

- Vocação (interesse próprio, habilidade e afinidade pela área)
- Influência dos pais
- Influência de familiares (avôs, tios, primos, sobrinhos)
- Influência de amigos
- Influência Social (meio social em que está inserido)
- Influência Econômica (falta de recursos financeiros para cursar outro curso e/ou em outra instituição)
- Falta de opções de curso no INC
- Amplo mercado de trabalho
- Outro: _____

11. No período em que ingressou no curso de Administração:

- Se tivesse condições financeiras, teria optado cursar Administração em outra Instituição de Ensino Superior Pública
- Se tivesse condições financeiras, teria optado por cursar outro CURSO em outra Instituição de Ensino Superior Pública
- Se meus pais tivessem condições de custear meus estudos, teria optado por cursar Administração em uma Instituição Particular de Ensino Superior
- Se meus pais tivessem condições de custear meus estudos, teria optado por cursar outro CURSO em uma Instituição Particular de Ensino Superior
- Se meus pais não tivessem insistido tanto para mim cursar administração, estaria cursando outro curso

() Tinha total certeza que queria isso, mas hoje não me identifico mais com o curso

12. Você possui alguma necessidade educacional específica?

() Sim

() Não

Se sim, qual? _____

13. Qual você destacaria como a principal dificuldade para você cursar Administração?

() Política de assistência estudantil insuficiente (bolsas, auxílios, etc.)

() Dificuldade do aprendizado do conteúdo das disciplinas

() Excesso de horas/aulas diárias

() Excesso de atividades escolares

() Incompatibilidade com o horário de trabalho

() Incompatibilidade com as tarefas domésticas (filhos, cuidar da casa, etc.)

() Residir distante da família

() Outro: _____

14. Qual o turno de aula você apresenta mais dificuldades para cursar administração no INC?

() Matutino

() Vespertino

() Noturno

15. Você já perdeu uma oportunidade de estágio/trabalho devido à incompatibilidade de horários com as aulas da Universidade?

() Sim

() Talvez

() Não

16. Das áreas de conhecimento abaixo relacionadas, quais delas você possui mais dificuldade de aprendizado?

() Ciências Exatas e da Terra

() Ciências Biológicas

- () Engenharias
- () Ciências da Saúde
- () Ciências Agrárias
- () Linguística, Letras e Artes
- () Ciências Sociais Aplicadas
- () Ciências Humanas.

Questionário de Pesquisa

Este questionário tem como objetivo a coleta de informações para conhecer o perfil socioeconômico e as influências destas no processo de escolha de curso (Administração) dos alunos do INC. Desta forma, as informações obtidas serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos, contribuindo para o desenvolvimento e conclusão do meu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC.

Sua participação não é obrigatória, mas ficarei eternamente grato com sua ajuda!

Qual o nível de escolaridade do seu pai? *

- Analfabeto
- Fund. Incompleto
- Fund. Completo
- Médio Incompleto
- Médio Completo
- Superior Incompleto
- Superior Completo

Qual o nível de escolaridade da sua mãe? *

- Fund. Incompleto
- Fund. Completo
- Médio Incompleto
- Médio Completo
- Superior Incompleto
- Superior Completo

Onde você mora atualmente? *

- Em casa ou apartamento, com minha família
- Em casa ou apartamento, sozinho(a)
- Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a)
- Em casa de outros familiares
- Em casa de amigos
- Outra situação

Você recebe algum benefício social (auxílio) estudantil fornecido pela UFAM? *

- Sim
- Não

Você desenvolve alguma atividade remunerada, qual vínculo? *

- Estágio
- Empresa privada
- Trabalho autônomo
- Serviço público efetivo
- Serviço público temporário
- Não desenvolve atividade remunerada

Sua família recebe algum benefício social do Governo (Bolsa Família, Auxílio Emergencial)? *

- Sim
- Não

Qual sua renda familiar? *

- De R\$ 501,00 a 1.040,00
- De R\$ 1.041,00 a 2.080,00
- De R\$ 2.081,00 a 4.160,00
- Acima de R\$ 4.160,00

Em que ano ingressou no curso de Administração? *

2017

Como ficou sabendo do curso de Administração? *

- Através dos pais
- Através de outros familiares (avós, tios, primos)
- Através de amigos
- Através da Internet
- Através dos canais de comunicação/divulgação da UFAM
- Através do WhatsApp
- Através do Instagram
- Através do Telegram
- Através do Facebook
- Através do Twitter
- Através de Rádio
- Outros

Por qual meio de processo ingressou no curso de Administração? *

- PSC
- ENEM
- Outro

Quanto à escolha do curso de Administração, se deu por: *

- Vocação (interesse próprio, habilidade e afinidade pela área)
- Influência dos pais
- Influência de familiares (avós, tios, primos, sobrinhos)
- Influência de amigos
- Influência Social (meio social em que está inserido)
- Influência Econômica (falta de recursos financeiros para cursar outro curso e/ou em outra instituição)
- Falta de opções de curso no INC
- Amplo mercado de trabalho
- Outro

No período em que ingressou no curso de Administração: *

- Se tivesse condições financeiras, teria optado cursar Administração em outra Instituição de Ensino Superior Pública
- Se tivesse condições financeiras, teria optado por cursar outro CURSO em outra Instituição de Ensino Superior Pública
- Se meus pais tivessem condições de custear meus estudos, teria optado por cursar Administração em uma Instituição Particular de Ensino Superior
- Se meus pais tivessem condições de custear meus estudos, teria optado por cursar outro CURSO em uma Instituição Particular de Ensino Superior
- Se meus pais não tivessem insistido tanto para mim cursar Administração, estaria cursando outro curso
- Tinha total certeza que queria isso, mas hoje não me identifico mais com o curso

Você possui alguma necessidade educacional específica? *

- Sim
- Não

Qual você destacaria como a principal dificuldade para você cursar Administração? *

- Política de assistência estudantil insuficiente (bolsas, auxílios, etc.)
- Dificuldade no aprendizado do conteúdo das disciplinas
- Excesso de horas/aulas diárias
- Excesso de atividades escolares
- Incompatibilidade com o horário de trabalho
- Incompatibilidade com as tarefas domésticas (filhos, cuidar da casa, etc.)
- Residir distante da família
- Outro

Qual turno de aula você apresenta mais dificuldades para cursar Administração no INC? *

- Matutino
- Vespertino
- Noturno

Você já perdeu uma oportunidade de estágio/trabalho devido à incompatibilidade de horários com as aulas da Universidade? *

- Sim
- Talvez
- Não

Das áreas de conhecimento abaixo relacionadas, quais delas você possui mais dificuldade * de aprendizado?

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharias
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Linguística, Letras e Artes
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários